

Estudo Compreensivo sobre a Radicalização e Extremismo Violento na Guiné-Bissau

Coordenação e autoria
Hamadou Boiro



NÔ CUDJI PAZ
OBSERVATÓRIO DA PAZ



FICHA TÉCNICA

Título: Estudo Compreensivo sobre a Radicalização e Extremismo Violento na Guiné-Bissau

Coordenação e autoria: Hamadou Boiro

Colaboração:

Timbuktu Institute - African Center For Peace Studies

The Royal Institute of International Affairs, Chatham House

Edição:

Instituto Marquês de Valle Flôr (IMVF)

Liga Guineense dos Direitos Humanos (LGDH)

Local de Edição: Bissau, Guiné-Bissau

1ª Edição: março de 2024

Financiado por:

União Europeia

Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I.P.

Design: Matrioska Design

Tiragem: 300 exemplares

Impressão: Onda Grafe

ISBN: 978-989-35474-2-7

Esta publicação foi produzida no âmbito do Observatório da Paz, financiado pela União Europeia e cofinanciado pelo Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, I.P. e implementado pelo Instituto Marquês de Valle Flôr (IMVF) em parceria com a Liga Guineense dos Direitos Humanos (LGDH). O seu conteúdo é da exclusiva responsabilidade do projeto e não reflete necessariamente a posição da União Europeia, nem do Camões, I.P.

A informação contida nesta publicação pode ser livremente reproduzida para fins não comerciais desde que se mencione a fonte. Caso esta reprodução se destine a fins comerciais, é necessária uma autorização prévia do IMVF e da LGDH.

Consulte a versão digital desta publicação em www.imvf.org / www.observatoriodapaz.org

Porque defendemos a igualdade de género como um valor intrínseco aos Direitos Humanos, onde se lê “o” deve ler-se também “a” ou “e” sempre que aplicável, de forma a garantir o respeito pela igualdade de género também na escrita.



Financiado por
União Europeia

Cofinanciado por:



Implementado por:



LGDH
LIGA GUINEENSE DOS
DIREITOS HUMANOS

Associados:



Estudo Compreensivo sobre a Radicalização e Extremismo Violento na Guiné-Bissau





ÍNDICE

Lista de Gráficos	7
Resumo Executivo	9
Lista de Acrónimos	12
1. INTRODUÇÃO	13
1.1. Contexto e justificação	13
1.2. Objetivos	17
1.2.1. Objetivo geral	17
1.2.2. Objetivos específicos	17
1.3. Metodologia	18
1.3.1. Recolha de dados quantitativos	18
1.3.2. Recolha de dados qualitativos	19
2. RESULTADOS	20
2.1. Características sociodemográficas	20
2.1.1. Sexo	20
2.1.2. Idade	20
2.1.3. Grupos étnicos	21
2.1.4. Residência	22
2.1.5. Religião	22
2.1.6. Status de Liderança	23
2.2. Conhecimento do fenómeno da radicalização e do extremismo violento	24
2.2.1. Conhecimento do fenómeno	24
2.2.2. Grupos extremistas	25
2.2.3. Perceção do radicalismo	30
2.2.4. Existência de grupos guineenses com a mesma ideologia que grupos extremistas	32
2.2.5. Perceção das reivindicações de grupos extremistas	34
2.2.6. Mobilização dos jovens por grupos extremistas	36
2.2.7. Estruturas estatais dedicadas à luta contra o terrorismo	38
2.3. Compreender as causas, os intervenientes e as áreas onde surgem sinais de extremismo violento	40
2.3.1. Ações de prevenção do radicalismo na Guiné-Bissau	40
2.3.2. Fontes de conflito	46
2.3.3. Compreensão da dimensão de género do fenómeno	47

2.4. Identificação de possíveis fatores de resiliência contra o extremismo violento	59
2.4.1. Valores culturais contra o extremismo violento	59
2.4.2. Diversidade cultural	59
2.4.3. Relações inter-religiosas na Guiné-Bissau nos próximos 5 anos	60
2.4.4. Tensões entre comunidades tradicionais e igrejas ou mesquitas	60
2.5. Exploração do financiamento de lugares de culto	61
2.5.1. Perceção da ajuda de países árabes	61
2.5.2. Perceção do financiamento e construção de mesquitas	61
2.5.3. Perceção da construção de escolas e mesquitas por países árabes	62
2.5.4. Os países mais ativos na construção de mesquitas	63
2.5.5. Assistência de países ocidentais, europeus e latino-americanos na construção de escolas e igrejas	64
2.5.6. Subsídio estatal para peregrinação	65
2.5.7. Ação das novas igrejas na Guiné-Bissau	67
2.6 Recomendações dos inquiridos	68
2.6.1. Perceções sobre a contribuição das religiões nos próximos 5 anos	68
2.6.2. Como evitar todas as formas de extremismo violento	68
2.6.3. Os atores considerados importantes na luta contra o extremismo violento	69
2.6.4. Cooperação internacional	70
3. DISCUSSÕES	71
4. CONCLUSÃO	75
5. RECOMENDAÇÕES	77
6. ANEXOS	
ANEXO I - A VISÃO REGIONAL SOBRE A RADICALIZAÇÃO E O EXTREMISMO RELIGIOSO VIOLENTO NA ÁFRICA OCIDENTAL	81
ANEXO II - OUTROS RECURSOS PARA APROFUNDAR O TEMA	88
7. BIBLIOGRAFIA	89

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1:** Distribuição da amostra por sexo
- Gráfico 2:** Distribuição por idade
- Gráfico 3:** Distribuição por grupo étnico
- Gráfico 4:** Distribuição por residência
- Gráfico 5:** Distribuição por religião
- Gráfico 6:** Status de Liderança
- Gráfico 7:** Conhecimento do fenómeno
- Gráfico 8:** Conhecimento sobre os Ansar Dine
- Gráfico 9:** Al-Qaeda no Magrebe
- Gráfico 10:** Mouvement National de Libération de L’Azawad (MLNA)
[Movimento Nacional para a Libertação do Azawad]
- Gráfico 11:** Frente Nacional de Libertação do Azawad (FLNA)
- Gráfico 12:** Estado Islâmico no Grande Saara
- Gráfico 13:** Estado Islâmico
- Gráfico 14:** Boko Haram
- Gráfico 15:** Outros grupos
- Gráfico 16:** Existência de grupos guineenses com a mesma ideologia
que os grupos extremistas
- Gráfico 17:** Perceção das reivindicações dos grupos extremistas
- Gráfico 18:** Mobilização dos jovens pelos grupos extremistas
- Gráfico 19:** Estruturas estatais dedicadas à luta contra o terrorismo
- Gráfico 20:** Perceção da origem da insegurança na sub-região
- Gráfico 21:** Conhecimento da existência de ações de combate
ao extremismo violento
- Gráfico 22:** Existência de diferenças ideológicas entre as tendências
religiosas
- Gráfico 23:** O que é necessário para combater o extremismo violento
- Gráfico 24:** Regiões prioritárias para ações de prevenção
- Gráfico 25:** Relações entre grupos étnicos
- Gráfico 26:** Quem deve ajudar um jovem radicalizado
- Gráfico 27:** Tensões entre religiões
- Gráfico 28:** Direitos dos homens e das mulheres



Gráfico 29: Igualdade entre homens e mulheres na religião

Gráfico 30: Papel das mulheres na prevenção

Gráfico 31: Em que área o papel das mulheres será mais eficaz

Gráfico 32: Percepção das ações das mulheres em comparação com os homens

Gráfico 33: Percepção da luta contra a Mutilação Genital Feminina (MGF)

Gráfico 34: Percepção da violência contra as mulheres

Gráfico 35: Fatores que devem condicionar as roupas femininas

Gráfico 36: Percepção da escolarização das mulheres

Gráfico 37: Existência de valores culturais contra o extremismo

Gráfico 38: Significado da diversidade cultural

Gráfico 39: Relações interconfessionais nos próximos 5 anos

Gráfico 40: Existência de tensões entre as comunidades tradicionais e igrejas ou mesquitas

Gráfico 41: Percepção da construção de escolas e/ou mesquitas pelos países árabes

Gráfico 42: Os países mais ativos na construção de mesquitas

Gráfico 43: Percepção da ajuda dos países ocidentais e europeus na construção de escolas e igrejas

Gráfico 44: Percepção do subsídio estatal para a peregrinação

Gráfico 45: Opinião das pessoas sobre a ação das novas igrejas

Gráfico 46: Contribuição das diferentes religiões nos próximos 5 anos

Gráfico 47: Medidas a serem tomadas para prevenir o extremismo violento

Gráfico 48: Atores considerados importantes na luta contra o Extremismo Violento

Gráfico 49: Organizações internacionais com as quais o Estado deveria colaborar

RESUMO EXECUTIVO

O problema do radicalismo e do extremismo violento no mundo, especialmente no continente africano, tem sido, nas últimas décadas, uma das principais preocupações dos governos em termos de segurança. É nesse contexto que este estudo foi encomendado pelo IMVF e pela LGDH. O seu principal objetivo é identificar os riscos e as respostas adequadas ao surgimento da radicalização e do extremismo violento na Guiné-Bissau, com o intuito de contribuir para a consolidação da paz social. Assim, este estudo concentrou-se na compreensão dos conhecimentos, comportamentos, atitudes e práticas da população, bem como na compreensão das causas, dos atores e das áreas onde as formas de radicalização se manifestam. O estudo também investigou as respostas consideradas pelos entrevistados como as mais eficazes e adequadas para prevenir e combater a radicalização.

Uma visão regional sobre o avanço do fenómeno da radicalização e a apresentação do contexto específico da Guiné-Bissau, são seguidas de uma metodologia que favoreceu a combinação da análise situacional - composta por um estudo transversal sobre conhecimento, opiniões, atitudes, práticas e comportamentos, por um lado; e, por outro lado, uma pesquisa qualitativa que visou os principais atores, líderes e informantes-chave (população em geral, líderes religiosos, jovens, mulheres). No que diz respeito à recolha de dados, o estudo teve em consideração a cobertura geográfica: ocorreu em praticamente em todas as regiões do país, incluindo as ilhas. A diversidade comunitária foi considerada, com a maioria dos grupos que compõem o nosso rico mosaico étnico sendo inquirida, com especial atenção às mulheres (55% da amostra) e aos jovens.



O estudo revela um grande desconhecimento da população sobre as ações de grupos extremistas no Mali e na região da África Ocidental, com 56% dos entrevistados sem conhecimento da existência do extremismo violento e da sua progressão na África Ocidental. A análise cruzada da variável étnica com aqueles que se consideram cientes do fenómeno mostra que três grupos étnicos (Mandinga, Fula e Balanta) afirmam estar melhor informados sobre o fenómeno do extremismo do que outros grupos étnicos. Aqueles que afirmam saber menos sobre o fenómeno são os Bijagó e os Felupe. Em termos de religião, os muçulmanos são o grupo religioso que mais se afirma como bem informado sobre o fenómeno. Os animistas afirmam saber menos sobre o extremismo. Em relação ao género, as mulheres afirmam ter menos conhecimento sobre o fenómeno do extremismo. Além disso, o fenómeno é mais conhecido nas cidades do que nas aldeias.

Por outro lado, entre os grupos radicais que atuam na África Ocidental, o Boko Haram é o mais conhecido, mencionado por mais de 48% dos entrevistados, seguido pela Al-Qaeda no Magrebe Islâmico com 40%, o Estado Islâmico e o Grupo Islâmico no Grande Saara com 29% e 27%, respetivamente.

O confronto entre estudantes que retornam do mundo árabe e defensores do islão tradicional é uma fonte de preocupação evidente entre os entrevistados, especialmente os muçulmanos. Os primeiros tentam implantar o islão dito “puro” e autêntico, em detrimento do islão supostamente “impuro” e heterodoxo praticado pelos seus pais.

A questão das crianças talibés, crianças que são enviadas a escolas corânicas para receber educação religiosa, mas que frequentemente se tornam vítimas de abusos, é muito complexa e apresenta-se como suscetível de acelerar diferentes formas de radicalismo. De facto, o enfraquecimento do Madiliss (sistema de ensino tradicional do Alcorão) favorece, sem dúvida, os jovens provenientes das universidades de países árabes que aspiram mudar os padrões de religiosidade islâmica na sociedade guineense.

Apesar de uma disparidade de género, a importância do papel das mulheres foi amplamente reconhecida (por 89% dos entrevistados), tanto na prevenção quanto no combate à radicalização no país, especialmente entre os jovens. De facto, as mulheres são consideradas como tendo um valor agregado indiscutível no campo da educação familiar. Assim, de acordo com mais de 21% dos entrevistados, a sensibilização para evitar a radicalização deve ser liderada pelas mulheres. Isso mostra que qualquer política de combate à pobreza, desintegração familiar, violência e radicalismo deve dar prioridade às mulheres.

Na Guiné-Bissau, embora não tenham ocorrido incidentes violentos importantes e o fenómeno da radicalização ainda não atinja uma proporção significativa como a observada noutras regiões, o estudo revelou várias preocupações. Estas são justificadas por várias razões. Primeiro, há o problema estrutural da fragilidade das instituições e da instabilidade política, com uma crise económica persistente e a falta de emprego, especialmente para jovens. Além disso, as tensões interétnicas que se manifestam de maneira latente num clima de instrumentalização da afiliação étnico-religiosa, muitas vezes transportadas para a esfera política, potenciada com o retorno ao país de jovens formados em alguns países do Médio Oriente, onde entraram em contacto com ideologias potencialmente radicais. Por fim, o baixo nível de educação da população guineense, em geral, e a falta de conhecimento e consciência sobre o radicalismo e o extremismo violento, em particular, são fatores de alto risco, caso esses movimentos se estabeleçam no país. A capacidade de resposta da Guiné-Bissau é limitada, tornando a prevenção a principal aposta para manter a estabilidade e a paz social. A situação regional, fortemente marcada pela transnacionalidade dos atores religiosos e dos movimentos ideológicos num contexto de regionalização das ameaças, exige uma abordagem mista: uma política de prevenção dentro de uma abordagem holística assumida, mantendo em mente a necessidade de gerir as urgências de segurança, especialmente nas zonas fronteiriças.



LISTA DE ACRÓNIMOS

AQMI	Al-Qaeda no Magrebe Islâmico
AUIGB	União dos Imames da Guiné-Bissau
CEDEAO	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
CNI	Conselho Nacional Islâmico
CSI	Conselho Superior Islâmico
FLNA	Frente Nacional de Libertação do Azawad
GIA	Grupo Islâmico Armado
GSIM	Grupo de Apoio ao Islão e aos Muçulmanos
GSPC	Grupo Salafista para a Pregação e o Combate
LGDH	Liga Guineense dos Direitos Humanos
IMVF	Instituto Marquês de Valle Flôr
MGF	Mutilação Genital Feminina
NS/NR	Não sabe ou Não responde
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
REV	Radicalismo e Extremismo Violento
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

1. INTRODUÇÃO

1.1. Contexto e justificação

O problema do radicalismo e do extremismo violento no mundo, particularmente no continente africano, tem sido, nas últimas décadas, uma das preocupações fundamentais dos governos em matéria de segurança.

A Guiné-Bissau tem uma população de cerca de 1,9 milhão de habitantes e é caracterizada pela sua riqueza cultural que deriva de uma significativa diversidade étnica e religiosa. Essa diversidade cultural representa tanto uma vantagem quanto uma desvantagem para o desenvolvimento socioeconómico do país. O crioulo, uma língua que não pertence a nenhum grupo étnico, contribui para a aproximação das diversas comunidades do ponto de vista etnorreligioso. Após a independência em 1974, a Guiné-Bissau mergulhou numa instabilidade política crónica, agravada pela cumplicidade entre os interesses dos cartéis de droga e da classe política guineense (Chabal & Green, 2016). O problema dos “talibés”¹ tende a agravar as relações entre o Madiliss (ensino corânico tradicional) e a Madrassa (escola que além do Alcorão ensina também outras matérias em língua árabe) e suscita suspeitas em relação aos Fulas de Guiné-Bissau, considerados responsáveis por esse fenómeno (Boiro & Einarsdóttir, 2020; Einarsdóttir et al., 2010; Einarsdóttir & Boiro, 2014, 2016).

Nesse contexto de pobreza, instabilidade política e conflitos interétnicos latentes, frequentemente instrumentalizados em termos de identidade etnorreligiosa, a Guiné-Bissau terá servido de retaguarda a extremistas ligados a movimentos jihadistas, em 2016. A prisão de Saleck Ould Sheik perto de Bafatá, em 2016, após a sua fuga de uma detenção na Mauritânia, é uma prova de que ele conseguiu aproveitar a cumplicidade na Guiné-Bissau para se esconder. Na época, a presença de células clandestinas de jihadistas havia sido relatada por vários meios de comunicação, e as principais associações muçulmanas haviam expressado a sua preocupação às autoridades nacionais sobre os riscos que a entrada de muitos extremistas muçulmanos (CNI, CSI, AUIGB) poderia representar para o país.

¹ Os talibés são crianças enviadas pelas suas famílias a escolas corânicas onde vivem em regime de internato. São frequentes os casos de abusos e exploração, assim como tráfico para os países vizinhos do Senegal e a Gâmbia. Muitas destas crianças vivem em condições precárias e são forçadas a mendigar ou trabalhar para sobreviver. (<https://www.unicef.org/guineabissau/pt/prote%C3%A7%C3%A3o-infantil>)

A crescente pobreza que afeta a camada mais jovem da população, as perspectivas de emprego e realização profissional limitadas, juntamente com a rápida propagação de ideologias jurídico-religiosas radicais no continente africano, especialmente na região do Sahel, representam desafios significativos para a arquitetura de defesa e segurança dos respectivos países. Nas duas últimas décadas, de 2000 a 2022, diversos grupos radicais de jihadistas islâmicos surgiram em África, com interpretações e abordagens muito diferentes das escolas religiosas legais e tradicionais presentes nos países da África Ocidental, incluindo a Guiné-Bissau.

A terminologia relacionada com o extremismo violento é complexa e ainda muito controversa, principalmente porque muitos termos usados neste campo não têm uma definição universalmente aceite. Como destacado no Plano de Ação do Secretário-Geral das Nações Unidas para a Prevenção do Extremismo Violento, os fenómenos do “terrorismo” e do “extremismo violento” escapam a uma definição clara. Cabe aos Estados-Membros defini-los, respeitando as obrigações que lhes incumbem sob o direito internacional, e em particular os direitos humanos (UNESCO, 2017).

Portanto, embora se fale de radicalismo em diferentes sentidos, alguns autores definem a radicalização como um processo pelo qual indivíduos desenvolvem, adotam e aderem a atitudes e comportamentos políticos que diferem significativamente de parte ou da totalidade das instituições, atitudes, valores estabelecidos e legitimados na política, sociedade, economia e religião, assim como os comportamentos que existem em uma dada sociedade (HOGAN apud ARES, 2015).

A radicalização, assim como o extremismo, são termos muito controversos, especialmente quando usados no contexto do extremismo violento. Teme-se que o uso do termo “radicalização” seja usado apenas para justificar uma potencial restrição à liberdade de expressão. A ideia fundamental aqui é que a radicalização de um indivíduo é um processo de mudança. Se nos referirmos ao processo pelo qual alguém se torna um extremista violento, o termo “radicalização que leva à violência” será mais apropriado do que “extremismo violento”, que se refere principalmente ao uso da violência motivada por razões ideológicas (UNESCO, 2017).



Além disso, a radicalização é frequentemente percebida como um processo no qual grupos ou indivíduos passam por uma transformação psicológica que os leva a afastar-se das tradições, a apoiar ideologias políticas, sociais e religiosas extremas (El Said, 2012), ou os leva a adotar um sistema de valores extremistas, contrário à ordem atual, com o objetivo de provocar uma mudança na ordem social, o que pode incluir a vontade de usar, apoiar ou facilitar o uso da violência (Gonçalves, 2014).

Pedro M. Martins Ares (2015) argumenta que existe uma diferença entre radicalismo e extremismo violento, baseando-se para isso na definição do Departamento de Segurança Interna dos Estados Unidos: extremismo violento é um conjunto de crenças ideológicas de natureza pessoal, religiosa ou política que encoraja ou utiliza a violência como meio de afirmação.

De acordo com a matriz desenvolvida pelo Instituto Timbuktu, baseada em vários estudos realizados na região, as áreas de radicalização são frequentemente encontradas na interseção de três elementos: a baixa capacidade de inclusão socioeconômica e política dos Estados, as queixas sociopolíticas e econômicas resultantes de injustiças e frustrações, e a capacidade dos grupos extremistas violentos em instrumentalizar todos esses elementos. Existem também processos de radicalização individual, por vezes mais complexos de analisar. Entre esses processos, há a forma de radicalização conhecida como 'viragem comportamental.' Nesta configuração, o indivíduo considerado radical coloca a sua ideologia em oposição aos valores da sua própria sociedade. É esta fase que torna operante a noção de 'extremismo violento.' Ele inicia, em seguida, um processo de transição para o uso da violência contra a sua própria comunidade ou outros considerados diferentes ou em oposição. É nesta etapa que se observa um alto risco de transição para atos de violência, como o terrorismo e ataques contra todos aqueles identificados como inimigos ou adversários, por pensarem ou agirem de maneira diferente.

Essas ideologias radicais em África foram expressas por várias organizações religiosas, como o salafismo e o wahhabismo, e materializaram-se por meio da violência armada ou outras formas como método para atingir os seus objetivos políticos, jurídico-religiosos e sociais. As organizações mais conhecidas são grupos como o Boko Haram na Nigéria, o Al Shabaab na Somália, o Ansar Dine e o Jamatul Tawhid Wal Jihãs no Mali, bem como a AQMI (Al-Qaeda no Magrebe Islâmico), grupos apoiados pelo jihadismo global representado por grupos islâmicos radicais como a Al-Qaeda e o Estado Islâmico (para mais informação v. anexo 1).

Na Guiné-Bissau, o único estudo exploratório sobre o extremismo violento mostra que o país corre o risco de se tornar um local de extremismo religioso violento devido à instrumentalização política das diferenças etnorreligiosas. Os movimentos islâmicos estão a infiltrar-se lentamente, com consistência, nas comunidades muçulmanas e animistas do país e, em certa medida, entre os cristãos, ou seja, os recém-chegados evangélicos. A comunidade internacional, na sua luta contra o fenómeno dos “talibés”, aliou-se inconscientemente a associações muçulmanas afiliadas ao salafismo, que procuram enfraquecer os adeptos do islão tradicional para implantar a visão de um verdadeiro “islão”, destruindo qualquer oposição local. Por outro lado, a frustração dos marabus tradicionais é usada para polarizar as comunidades muçulmanas e cristãs umas contra as outras. Assim, a principal recomendação do estudo é, não apenas aprofundar as investigações, mas também implementar a curto prazo um programa de prevenção do extremismo etnorreligioso e um observatório do extremismo violento na Guiné-Bissau (Boiro, 2018). O presente estudo atende a essa recomendação.

1.2. Objetivos

1.2.1. Objetivo geral

Identificar os riscos e as respostas ao surgimento do radicalismo e do extremismo violento (REV) na Guiné-Bissau, com o intuito de contribuir para a consolidação da paz.

1.2.2. Objetivos específicos

- Examinar o conhecimento, as atitudes e práticas das populações em relação ao REV na Guiné-Bissau.
- Compreender as causas, os atores e as áreas na Guiné-Bissau onde os sinais do REV se manifestam.
- Identificar as tendências e as possíveis conexões com grupos extremistas internacionais, especialmente aqueles que operam no espaço da CEDEAO e do Sahel.
- Compreender a dimensão de género do fenómeno, em particular o papel que as mulheres podem desempenhar na prevenção, levando em consideração a existência de uma cultura *di matchundadi* (expressão de masculinidade hegemónica em vigor) tanto em esferas pessoais e familiares (privadas), quanto em esferas comunitárias e políticas (públicas).
- Identificar os possíveis fatores de resiliência ao extremismo violento.
- Definir recomendações de intervenção para a prevenção do extremismo violento, incluindo a identificação de atores influentes na luta contra o REV.

1.3. Metodologia

O estudo foi realizado através de duas abordagens de pesquisa diferentes e complementares (análise situacional e investigação etnográfica). A análise situacional envolveu um estudo transversal sobre os conhecimentos, opiniões, atitudes, práticas e comportamentos, bem como uma pesquisa qualitativa que se focou nos principais atores, líderes e informantes-chave (população em geral, líderes religiosos, jovens e mulheres). A pesquisa etnográfica explorou questões relacionadas com a cultura e os contextos humanos em que o REV pode ocorrer. Também teve como objetivo aprofundar a análise das relações de género e dos possíveis fatores de resiliência ao extremismo violento, utilizando métodos antropológicos de observação e entrevistas qualitativas.

1.3.1. Recolha de dados quantitativos

Tabela 1: Localização, amostra e número de entrevistadores

Região	População	(km ²)	%	Mínimo	Máximo	Requerentes
Bissau	492004	78	30%	149	150	6
Oio	226846	5403	14%	69	75	3
Bafatá	225516	5981	14%	68	75	3
Gabu	219811	9150	13%	67	70	3
Cacheu	192508	5175	12%	58	60	2
Biombo	99947	839	6%	30	40	2
Tombali	94939	3737	6%	29	30	1
Quinara	64278	3138	4%	19	25	1
Bolama-Bijagós	34563	2624	2%	10	20	1
Total	1650412	36125	100%	500	545	22

No total, entre 500 e 545 pessoas deveriam ser entrevistadas em todo o país. No total, 546 pessoas foram entrevistadas em todas as regiões administrativas do país. Vinte e dois entrevistadores aplicaram os questionários ao longo de cinco dias. As respostas foram recolhidas por meio do KoboCollect.

1.3.2. Recolha de dados qualitativos

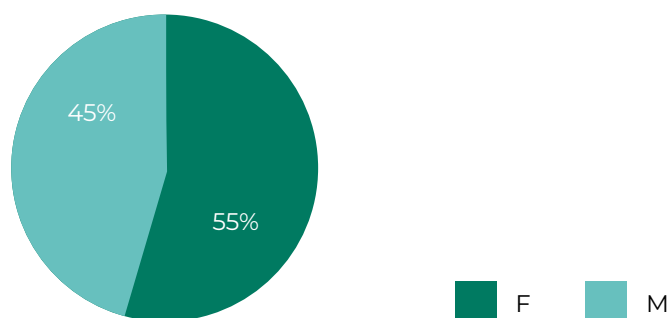
A recolha de dados qualitativos baseou-se em entrevistas semiestruturadas e abertas, complementadas pela realização de grupos de discussão. Os grupos-alvo incluíram imames das principais mesquitas da área de estudo, professores do Alcorão, pastores, estudantes de várias escolas corânicas, madrassas, jovens e mulheres. No total, foram organizados 10 grupos de discussão localizados nas cidades de Bissau, Bafata, Gabu, Quebo, Francunda e Nhacra. Com base nos resultados do estudo quantitativo, os grupos étnicos que afirmaram ter mais informações sobre grupos terroristas (Mandingo, Fula e Balanta) foram priorizados no estudo qualitativo. Assim, os entrevistados foram divididos em dois grupos, os jovens árabes (ou seja, aqueles que estudaram em países árabes, especialmente na Arábia Saudita) e os representantes do Islão tradicional.

2. RESULTADOS

2.1. Características sociodemográficas

2.1.1. Sexo

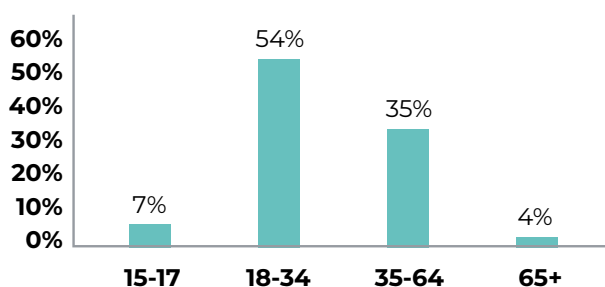
Gráfico 1: Distribuição da amostra por sexo



A figura acima mostra a distribuição da amostra por género com as mulheres a representarem 55%, que reflete a distribuição geral da população, na qual a proporção de género favorece as mulheres.

2.1.2. Idade

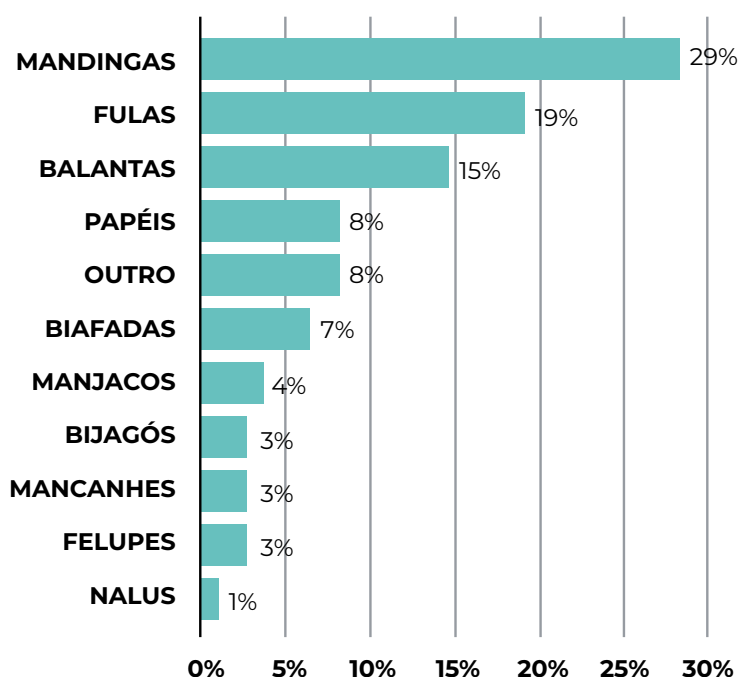
Gráfico 2: Distribuição por idade



A idade dos inquiridos varia entre 15 e 65 anos ou mais. O maior número de inquiridos encontra-se no grupo etário dos 18 aos 34 anos, que representa 54% da amostra, seguido pelo grupo dos 35 aos 64 anos com 35%, e pelos dois extremos, com 7% no grupo dos 15 aos 17 anos e 4% com mais de 65 anos, respetivamente.

2.1.3. Grupos étnicos

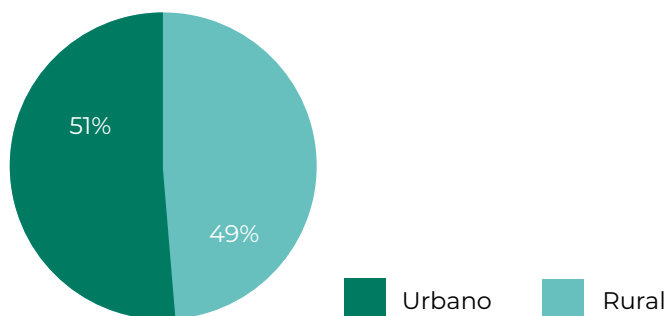
Gráfico 3: Distribuição por grupo étnico



Conforme representado no gráfico acima, os principais grupos étnicos do país estão representados, e os grupos maioritários que sucedem, representando mais de 50% da amostra. O grupo Mandinga, aqui representando 29%, possui a maior percentagem, o que não reflete a distribuição étnica do país, onde os Fulas e os Balantas são maioritários, representando mais de 50% da população total do país. A maior representação da comunidade Mandinga justifica-se pelo facto das aldeias predominantemente Mandinga nas regiões de Oio, Bafatá e Gabu terem sido escolhidas para melhor refletir a diversidade entre os representantes do Islão clássico, mais conhecido como Madiliss, e os arabizados ou madrassas.

2.1.4. Residência

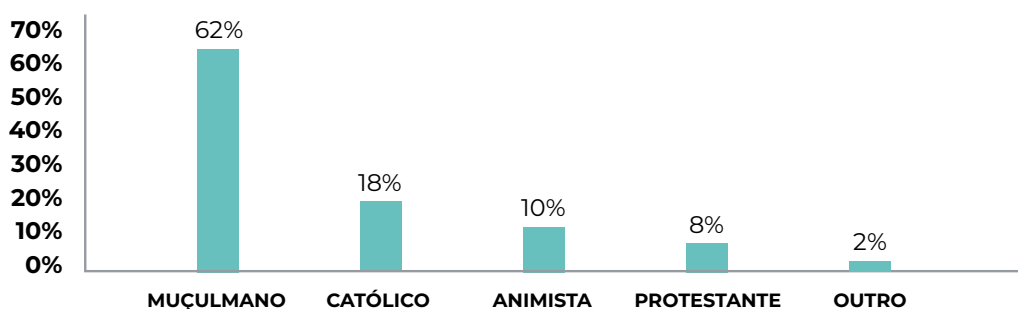
Gráfico 4: Distribuição por residência



Por sua vez, a distribuição da amostra por residência mostra a divisão entre regiões urbanas e rurais. Esta proporção é ligeiramente diferente da distribuição a nível nacional, onde a população rural é maior do que a urbana, de acordo com o censo populacional geral.

2.1.5. Religião

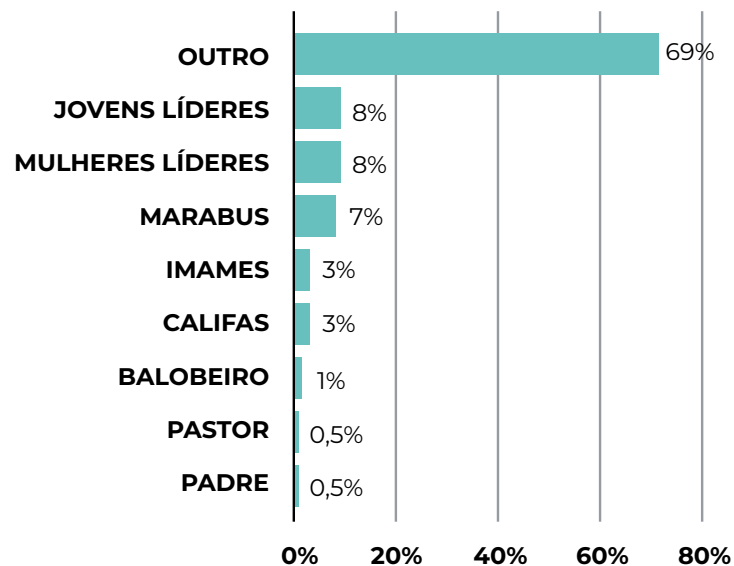
Gráfico 5: Distribuição por religião



Na distribuição de acordo com a religião praticada, os muçulmanos representam 62% dos inquiridos, seguidos pelos católicos com 18%, animistas com 10%, protestantes com 8%, e o grupo “outros”, composto por pessoas que declararam não praticar nenhuma dessas religiões, a representar 2% do total dos inquiridos, como pode ser observado no gráfico acima.

2.1.6. Status de Liderança

Gráfico 6: Status de Liderança

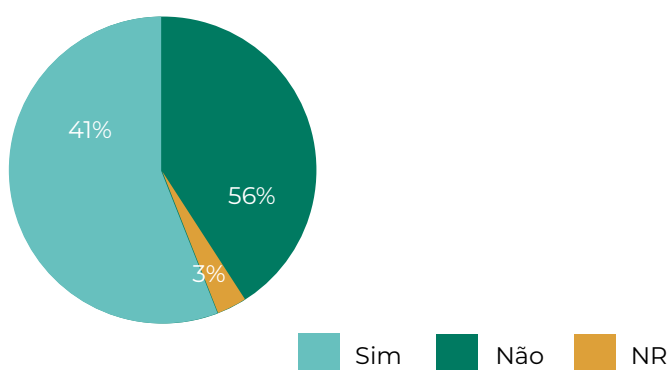


No que diz respeito ao estatuto dos inquiridos, o grupo “outros”, representando um conjunto de pessoas sem estatuto de liderança nas comunidades, compunha quase setenta por cento do total (69%), seguido pelos jovens líderes com 8%, líderes femininas com 8%, e marabus aparecendo com 7% dos inquiridos. Existem outros grupos com estatuto relevante na comunidade, especialmente no que diz respeito às questões de radicalismo e extremismo religioso violento, tais como imames com 3% e califas com 3%. O pastor das igrejas evangélicas e protestantes representava 1% do número total de inquiridos, como se pode observar no gráfico acima.

2.2. Conhecimento do fenómeno da radicalização e do extremismo violento

2.2.1. Conhecimento do fenómeno

Gráfico 7: Dimensão do conhecimento do fenómeno



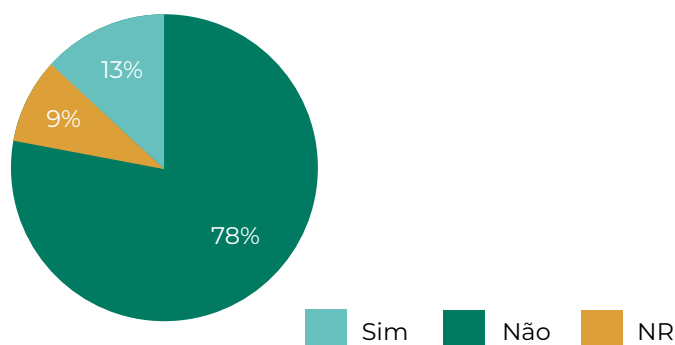
No que diz respeito ao conhecimento das populações acerca das ações de grupos extremistas no Mali e na região da África Ocidental, 56% dos inquiridos afirmaram não estar cientes das ações desses grupos, enquanto 41% disseram estar cientes das ações dos grupos na região. 3% não sabem ou simplesmente não quiseram responder à questão.

A análise cruzada da variável étnica com aqueles que afirmam estar cientes do fenómeno mostra que três grupos étnicos (Mandinga, Fula e Balanta) afirmam estar bem informados sobre o fenómeno do extremismo, comparativamente com os outros grupos étnicos. Aqueles que afirmam menos conhecimento sobre o fenómeno são os Bijagós e os Felupes. Em termos de religião, os muçulmanos são os que afirmam estar mais informados sobre o fenómeno. Os animistas afirmam menos conhecimento sobre o extremismo. Em termos de género, as mulheres afirmam menos conhecimento sobre o fenómeno do extremismo. O fenómeno é mais conhecido nas cidades do que nas aldeias. (Ver tabela 2, 3, 4, 5 em anexo)

2.2.2. Grupos extremistas

2.2.2.1. Ansar Dine

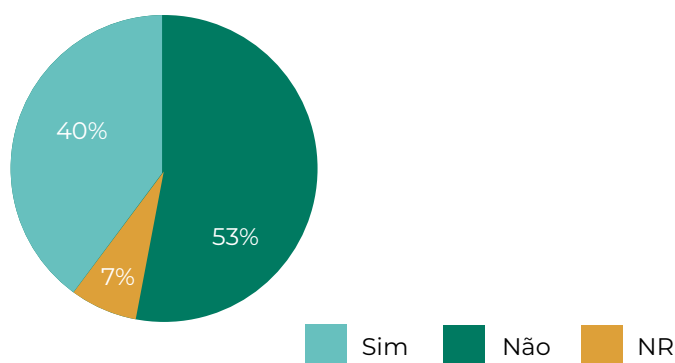
Gráfico 8: Conhecimento sobre os Ansar Dine



No que diz respeito ao conhecimento sobre algum grupo específico que opera na sub-região, nomeadamente o Ansar Dine, a esmagadora maioria dos inquiridos (78%) revela total ignorância sobre este grupo, com apenas 13% a afirmar que conhece, enquanto 9% dos inquiridos não quiseram ou não souberam como responder.

2.2.2.2. Al-Qaeda no Magrebe

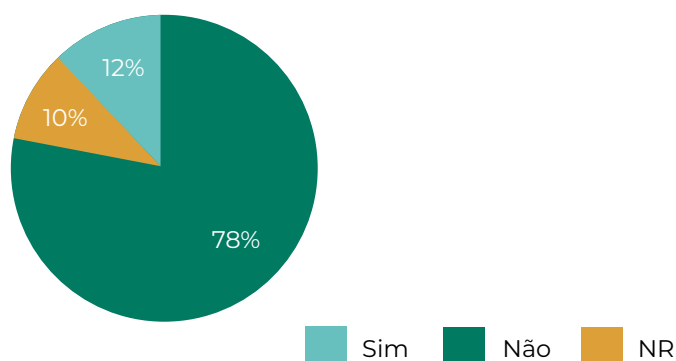
Gráfico 9: Al-Qaeda no Magrebe



No que diz respeito ao conhecimento da existência da Al-Qaeda no Magrebe, as opiniões dividem-se. Cerca de 53% dos inquiridos afirmam não ter ouvido falar desta organização, enquanto 40% já. Os restantes 7% não sabem ou não querem responder.

2.2.2.3. Mouvement National de Libération de L'Azawad (MLNA) [Movimento Nacional para a Libertação do Azawad]

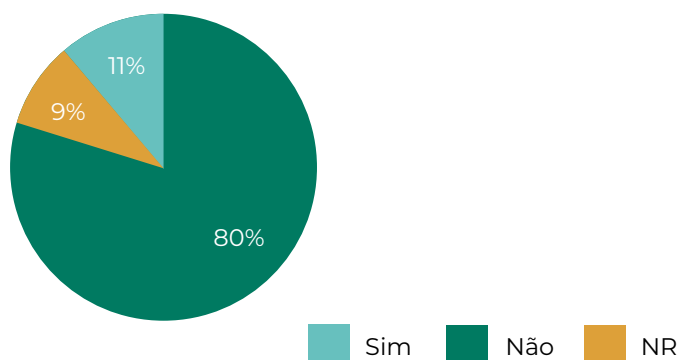
Gráfico 10: Mouvement National de Libération de L'Azawad (MLNA)
[Movimento Nacional para a Libertação do Azawad]



Quanto ao grupo extremista Movimento Nacional para a Libertação do Azawad (MNLA), 78% dos inquiridos declararam não ter conhecimento da existência deste grupo extremista, em comparação com 12% que disseram já ter ouvido falar. Cerca de 10% não responderam, como mostra o gráfico acima.

2.2.2.4. Frente Nacional de Libertação do Azawad (FLNA)

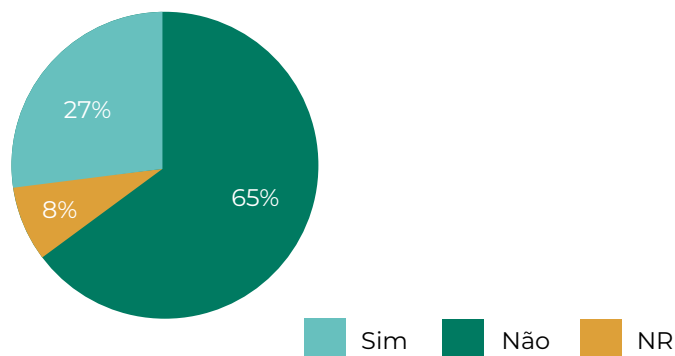
Gráfico 11: Frente Nacional de Libertação do Azawad (FLNA)



A situação observada no caso do MNLA repete-se no caso da Frente Nacional de Libertação do Azawad (FLNA), ou seja, 80% da população inquirida revela total ignorância sobre este movimento, com apenas 11% de respostas positivas e 9% que não souberam ou não quiseram responder.

2.2.2.5 Estado Islâmico no Grande Saara

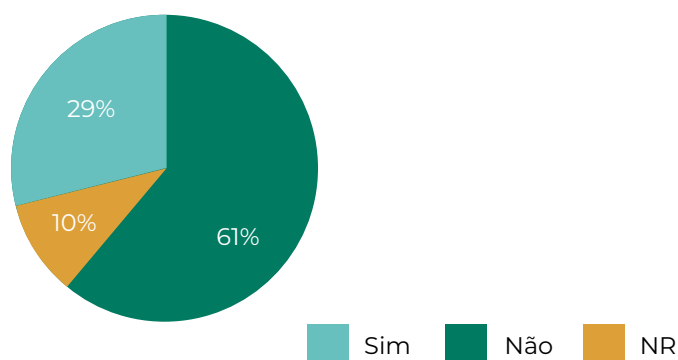
Gráfico 12: Estado Islâmico no Grande Saara



A situação observada nas duas questões anteriores repete-se no que diz respeito ao Estado Islâmico no Grande Saara. Cerca de 27% dos inquiridos afirmam ter conhecimento desta organização, 8% não responderam ou não sabem, enquanto a grande maioria (65%) ignora totalmente a sua existência.

2.2.2.6. Estado Islâmico

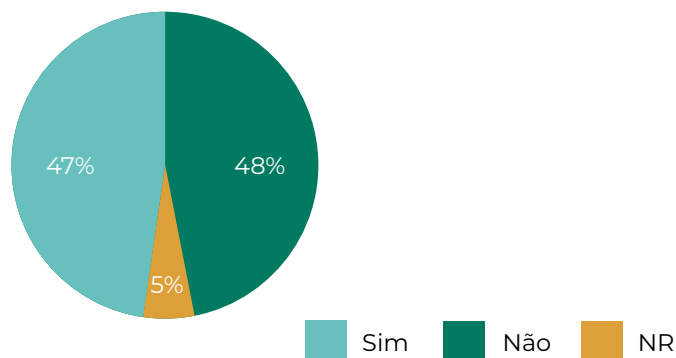
Gráfico 13: Estado Islâmico



O Estado Islâmico não difere substancialmente dos grupos anteriores. Ou seja, 61% dos inquiridos afirmam nunca ter ouvido falar deste grupo, 10% não sabem ou não responderam, e apenas 29% da população inquirida afirma estar ciente da existência do GEI.

2.2.2.7. Boko Haram

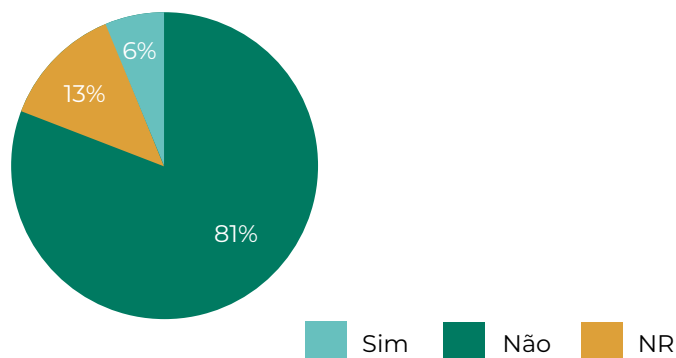
Gráfico 14: Boko Haram



No caso do Boko Haram, no entanto, a situação muda: 47% dos inquiridos já ouviram falar deste grupo, enquanto 48% afirmam não o conhecer, e apenas 5% não responderam.

2.2.2.8. Outros

Gráfico 15: Outros grupos



No que diz respeito ao conhecimento de grupos que não os mencionados acima, uma esmagadora maioria (81%) afirma não ter conhecimento de qualquer outra organização extremista, 13% afirmam ter algum conhecimento e 6% não responderam.



A pesquisa qualitativa, que abordou as opiniões de diferentes grupos étnicos que afirmaram ter mais informação sobre o fenómeno do extremismo, como os Mandingas, Fulas e Balantas, corrobora os resultados da pesquisa quantitativa. De facto, quando questionados sobre se tinham ouvido falar de grupos extremistas no Mali e na sub-região, todos os inquiridos afirmaram que tinham ouvido falar deles. Mencionaram principalmente grupos como a Al-Qaeda e o Boko Haram. As fontes de informação principais são as reuniões religiosas, como afirmou um inquirido: *“Ouvimos falar deles por pessoas que viveram nessas áreas e agora vivem connosco. Geralmente, essas pessoas vão de férias para esses países, como o Níger, por exemplo. Outros são colegas de escola que ocasionalmente vão ao Senegal para Ziara ou visitas familiares, ou muitos jovens que estudam no Senegal, quando voltam de férias, partilham notícias desses grupos”*.

Desviando-se um pouco do objeto deste estudo, um dos inquiridos afirmou que o Movimento das Forças Democráticas de Casamance (MFDC), que luta pela independência da região sul-senegalesa de Casamance, pode ser considerado um grupo radical ao lado de outras organizações às quais fizemos referência. Na sua opinião, usam as mesmas táticas de ação. E acrescentou: *“Fui testemunha de um ataque a viajantes por este movimento, durante a minha viagem de Ziguinchor a Bissau: de repente eles apareceram mascarados, para que não fossem identificados, atacaram as pessoas e levaram todos os seus bens, deixando-as em estado de choque”*.

Outro grupo de inquiridos afirmou ter ouvido falar do radicalismo na rádio e na televisão. O Boko Haram e a Al-Qaeda são os grupos mais frequentemente mencionados.

Outros inquiridos, nomeadamente os da região de Gabu, afirmaram ter ouvido falar destes grupos pela primeira vez através das emissoras de rádio locais, nos seus programas de sensibilização, onde foi dito que *“esses grupos são terroristas com a intenção de criar problemas nas comunidades, de perturbar a nossa maneira pacífica de viver juntos e de praticar a religião. Devemos estar especialmente atentos e não nos deixar influenciar por quem quer que seja que queira criar confusão nas nossas comunidades”*.





2.2.3. Perceção do radicalismo

No que diz respeito à perceção do radicalismo, várias situações foram identificadas. Há aqueles que condenam todas as formas de radicalismo, especialmente aquelas relacionadas com a religião. Este grupo defende que um muçulmano não deve ser radical, nem matar outro muçulmano ou qualquer outra pessoa em nome da religião ou de Allah. E acrescentam: *“Em nenhuma circunstância, deve alguém usar uma arma para impor a sua visão das coisas, e muito menos a da religião”*.

Outro entrevistado concorda com o anterior, acrescentando que *“embora não saibamos quais são os seus objetivos, é triste ver pessoas a rezar e alguém aparecer com uma bomba para matar esses inocentes, em nome da religião. Acho que não é bom para a sociedade, nem para a religião em geral, e muito menos para o Islão, não é do Islão”*, concluiu, visivelmente chocado.

O radicalismo é também considerado um meio de difamar a religião muçulmana e os muçulmanos. Um entrevistado afirma: *“Tudo o que estamos a discutir aqui é por causa de uma pessoa, Osama bin Laden, que estava por trás dos ataques de 11 de setembro e, sobretudo, porque era muçulmano. Temos a ETA em Espanha, mas ninguém associa os seus ataques aos cristãos. Mas no caso de Osama bin Laden, ele está sempre associado ao Islão”*, disse.

O radicalismo não é exclusivo de nenhuma religião, pois os extremistas existem em todas as religiões e sociedades, argumenta outro: *“Em todas as sociedades há extremistas, mas isso não os impede de fazer parte do grupo a que pertencem. No entanto, quando um muçulmano comete um ato, o que se manifesta sempre não é o indivíduo, mas o facto de ser muçulmano. Atualmente, quando falamos de terrorismo, relacionamo-lo automaticamente com o Islão. Mas o terrorismo remonta a séculos atrás, sempre que grupos tentaram reivindicar os seus direitos usando o terror como arma”*.

Para outros, o extremismo não é nada mais do que um grupo de pessoas que se revoltam contra as políticas do governo. Esta perceção era especialmente evidente entre os inquiridos na região de Nhacra:

“Acho que são pessoas que se revoltam contra o governo, por exemplo. Pode ser alguém desempregado, que aceita facilmente ser mobilizado para destruir algo, de acordo com os desejos dos financiadores”, ilustra um participante do grupo focal P4 FG Nhacra Adultos.

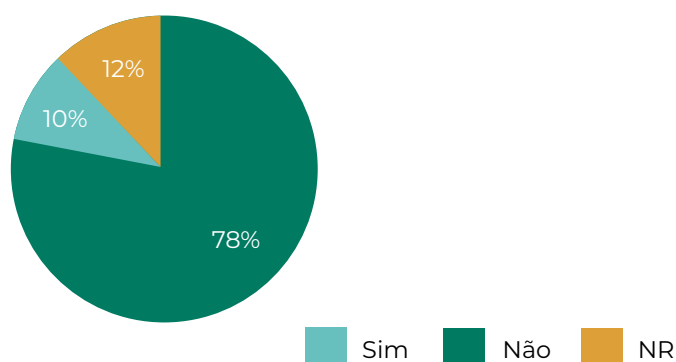
No entanto, para outros inquiridos da mesma localidade, o extremismo é considerado um fenómeno que dificilmente poderia ocorrer na Guiné-Bissau, porque é um país onde a maioria das pessoas está relacionada. *“Há pessoas no mundo que podem matar até os seus irmãos, mas aqui na Guiné-Bissau, não é fácil. Se eu fizer explodir uma bomba aqui, alguém da minha família pode morrer, pode ser meu tio, meu sobrinho, meu irmão. Porque somos quase todos irmãos. As pessoas que lutam para impor a sua religião não pensam em Allah, não adoram a Allah, lutam pelos seus interesses”,* sublinhou um participante do P6 FG Nhacra Adultos.

O extremismo é também considerado uma questão de banditismo. *“Em geral, os extremistas, os terroristas e os fundamentalistas são guiados por alguém que quer atingir um objetivo. Eles contratam criminosos para desestabilizar os países”,* disse outro entrevistado. No mesmo sentido, alguns inquiridos mencionam o tráfico de droga: *“Houve um incidente em Ensalma na pedreira, quando um táxi chegou e abriu a mala com alguém para executar”,* referiu um entrevistado. Vale a pena mencionar que as pedreiras na região de Nhacra são consideradas locais propícios para a violência e o crime organizado, como atesta um entrevistado, *“no mesmo local, ao lado da mesma pedreira, foi encontrado um cadáver recentemente. Na verdade, cenas dessas são comuns, porque nesta área, o solo é relativamente macio e não apresenta dificuldades para cavar”.*

Ainda na região de Nhacra, alguns inquiridos consideram que o extremismo não existe na Guiné-Bissau, mas chamam a atenção para as tensões que existem entre alguns movimentos religiosos, nomeadamente entre xiitas e wahhabitas. *“Foi revelado que existem certos grupos religiosos que, noutras partes do mundo, não podem conviver sem causar problemas, especialmente os xiitas com os wahhabitas. Ouvimos falar da guerra no Iémen, da guerra na Síria e noutras partes do mundo, que têm em comum a rivalidade entre estes dois grupos religiosos”,* afirmou um entrevistado do P3 FG Nhacra Adultos.

2.2.4. Existência de grupos guineenses com a mesma ideologia que grupos extremistas

Gráfico 16: Existência de grupos guineenses com a mesma ideologia que grupos extremistas



Em quase todo o mundo, organizações extremistas, religiosas ou não, compartilham ideologias e doutrinas que acreditam ser universais e apresentam estruturas organizacionais transnacionais, desenvolvendo ações com um alto grau de coordenação e complexidade que organizações limitadas a nível nacional não poderiam realizar. Portanto, quando questionados se conhecem a existência de organizações guineenses que compartilham as mesmas ideologias que as organizações extremistas violentas do Sahel, 78% dos entrevistados responderam “não”, contra 10% que responderam “sim”, que existem organizações nacionais que compartilham essas ideologias, e 12% não responderam a essa pergunta, como pode ser visto no gráfico acima.

Na pesquisa qualitativa, os entrevistados foram unânimes em afirmar que o Islão como religião não tem nada a ver com os extremistas. Para eles, todos os que praticam atos extremistas não agem de acordo com as recomendações do Islão. Uma das pessoas entrevistadas que vive na capital afirmou que *“o terrorismo não tem nada a ver com o Islão, embora uma pessoa religiosa possa praticar atos que possam constituir terrorismo. No passado, eles falavam sobre fundamentalismo islâmico, terrorismo islâmico, mas parece que atualmente estão a tentar suavizar a linguagem, usando termos como extremismo violento, o que é um bom começo. Até porque, quando a Liga nos chamou, avisámos que não participaríamos numa conversa em que essa linguagem fosse usada”*. Isto mostra a necessidade de rever o uso de algumas expressões que podem ferir a sensibilidade das pessoas.



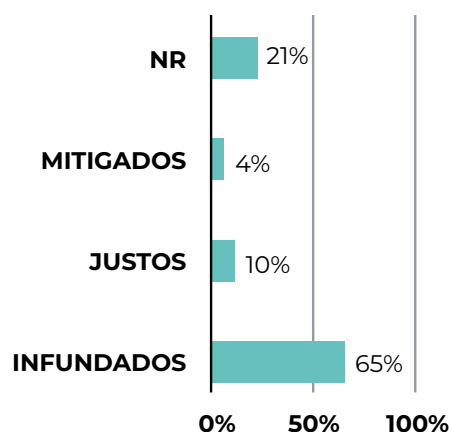
Além disso, esta tendência de confundir terrorismo e religião muçulmana cria frustrações em alguns líderes religiosos, que alegam que podem até alimentar as reivindicações dos extremistas, facilitando o recrutamento de jovens que, para salvar sua religião, se juntam às fileiras dos grupos terroristas. *“Se entendermos que o terror não faz parte do Islão, porque o profeta disse para não violar os direitos dos outros e não permitir que os seus direitos sejam violados, então, se eu não violo e o outro não viola os meus direitos, não poderemos ter problemas”*, referiu um dos entrevistados.

No entanto, mesmo que os entrevistados reconheçam que atualmente não há grupos no país que compartilhem as mesmas ideias dos extremistas, está claro que eles chamam a atenção para a existência de fatores propícios ao desenvolvimento de ideias extremistas no país. Isso inclui a pobreza e, sobretudo, estudantes formados em alguns países muçulmanos. Quanto à influência da pobreza na adoção de ideias extremistas, os entrevistados afirmam que *“na Guiné-Bissau, dada a alta taxa de pobreza e analfabetismo observada no país, isso pode levar a essas ideologias se desenvolverem”*, alertou um dos entrevistados da cidade de Bissau.

Quanto ao papel dos estudantes na adoção de ideias extremistas, esta passagem é ilustrativa: *“Sim, eu sei, mas ao nos concentrarmos no assunto em termos de organização, não temos nenhum (grupo), mas temos muitos compatriotas nossos que estudaram em países onde predominam essas ideias e que, por isso, se radicalizaram. A Guiné-Bissau, sendo um país com um alto nível de analfabetismo, é um local propício para a expansão destas ideologias, especialmente para aqueles que dizem preservar a cultura e a religião. No entanto, não é fácil propagar o extremismo violento no nosso país, pois as comunidades estão étnica e religiosamente ligadas”*.

2.2.5. Percepção das reivindicações de grupos extremistas

Gráfico 17: Percepção das reivindicações de grupos extremistas



No que diz respeito à percepção das reivindicações dos grupos extremistas, 65% dos entrevistados afirmaram que são infundadas, contra 10% que dizem que são justas e 4% que acham que essas reivindicações são ambíguas. Um número significativo, (21%), preferiu não responder a essa pergunta.

A investigação qualitativa revela a existência de dois pontos de vista opostos sobre a percepção das reivindicações de grupos extremistas: um grupo sustenta que não estão relacionadas com o Islão. Esta percepção é geralmente defendida pelos inquiridos como baseada em interesses pessoais que, na realidade, não têm qualquer ligação com o Islão: *“Os argumentos que apresentam não têm lógica, não têm fundamento, mas são apenas baseados em interesses pessoais”*, afirma um entrevistado de Bissau.

Outro entrevistado de Bissau está de acordo, indicando que esses grupos tentam convencer as pessoas de que estão a lutar por elas. Uma luta que é, antes de mais, dirigida contra os Americanos, pois são considerados como combatentes do Islão, mas na realidade, *“não é mais do que o que o colega disse: não reivindicam nada além dos seus interesses pessoais, porque eu saí daqui para Nhala, no Darfur, na República do Sudão, e vim para Ndjamena, perto do Darfur, onde fui detido por um grupo que se intitula de Freedom Fighting Islâmico”*.

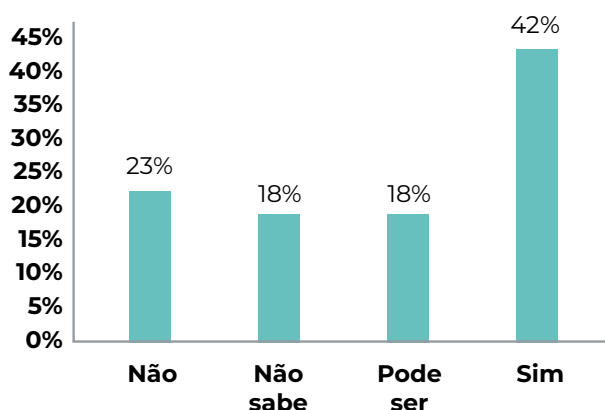
Perguntei-lhes qual era a razão para a criação desta organização e eles disseram-me que achavam que os Americanos apoiavam os não-muçulmanos para impedir o avanço do Islão, e é por isso que lutam pela liberdade dos muçulmanos.”

Segundo a mesma ordem de ideias, outros inquiridos afirmaram que o Islão não deveria ser associado às reivindicações de grupos extremistas, uma vez que o Islão é considerado a origem da democracia, explicou um cidadão de Bissau: *“Na verdade, o que aconteceu no Mali após o golpe de Estado contra o Presidente Amadu Tumane Ture, foi que estes radicais entraram no cemitério de Tombuctu, explodiram tudo, destruíram tudo em nome da sharia. No entanto, essas ações são contrárias à lei islâmica, que não permite que ninguém chegue ao poder por meio de um golpe de Estado.”* E para fundamentar a sua opinião, acrescentou: *“O Islão foi um dos primeiros a organizar eleições democráticas para permitir que alguém chegasse ao poder. O segundo Khalifa, Omar ibn Al-Khattab, foi atingido diretamente enquanto rezava na mesquita. Percebendo que não sobreviveria aos ferimentos, ordenou que houvesse uma votação para a sua sucessão em caso de morte. Escolheu 6 pessoas, além do seu filho, dando-lhe no entanto, a indicação de que ele só poderia exercer o seu direito de voto em caso de empate entre os 6 primeiros eleitores.”*

Para o segundo grupo, as reivindicações dos extremistas são justificadas pelas frustrações dos muçulmanos. Existe uma conspiração contra a religião muçulmana, e são os extremistas que combatem essas conspirações, disse um dos entrevistados, acrescentando: *“Nós, como muçulmanos, sabemos que há uma mão invisível que combate o Islão e que se aproveita dos jovens desempregados para o fazer. Por outro lado, também é possível que o governo discrimine uma parte da população devido à religião ou à seita a que pertencem, o que pode levar a revoltas”,* declarou um investigador de Nhacra.

2.2.6. Mobilização dos jovens por grupos extremistas

Gráfico 18: Mobilização dos jovens por grupos extremistas



Convidados a responder sobre a possibilidade de os grupos extremistas mobilizarem jovens para a sua causa na Guiné-Bissau, as opiniões estão divididas. Uma maioria de 42% acredita que sim e uma percentagem significativa de pessoas (18%) admite essa possibilidade. Apenas 23% a rejeitam categoricamente. É de notar que 18% dos inquiridos não sabe.

De acordo com os resultados da pesquisa qualitativa, os entrevistados afirmam que a Guiné é terreno fértil para a mobilização de jovens; basta que os grupos terroristas lá queiram investir para que possam recrutar muitos jovens, como diz este entrevistado (P6 FG Gabu, a leste do país): *“No caso de os grupos extremistas investirem na Guiné-Bissau com recursos financeiros, materiais e bandeiras em nome do Islão, certamente recrutarão milhões de jovens no país”*.

As precárias condições socioeconómicas da população em geral, e dos jovens em particular, facilitam o seu recrutamento para todo o tipo de atividades, mesmo as consideradas ilegais e perigosas. *“Digo que a pobreza pode levar as pessoas a juntar-se ou a aceitar a mobilização desses grupos, porque não têm condições financeiras para sobreviver. E, como esses grupos têm meios que estão dispostos a investir, não será difícil mobilizar a juventude do país. O dinheiro é um demónio e é difícil encontrar pessoas fortes e íntegras, especialmente quando se trata de dinheiro”*, disse P5 FG Gabu, uma pessoa entrevistada da região de Gabu.



Além disso, na região de Gabu, os entrevistados afirmam já ter testemunhado como os jovens podem ser recrutados para se juntar a grupos extremistas. De acordo com este entrevistado, P1 FG Gabu, Adultos, *“Eles mobilizam os jovens. Temos aqui o exemplo de um jovem que foi mobilizado para incendiar a casa do presidente na Mauritânia; está preso até hoje. É uma pessoa de Gabu, é nossa parente. Carregava uma granada. Foram treinadas aqui em Gabu durante esses períodos; se capturassem alguém, apenas a polícia poderia libertá-lo das mãos deles. Ensinavam-lhes a matar. Atualmente, essa pessoa arrependeu-se. Atualmente, segundo relatos, é o imame da prisão e até se casou.”*

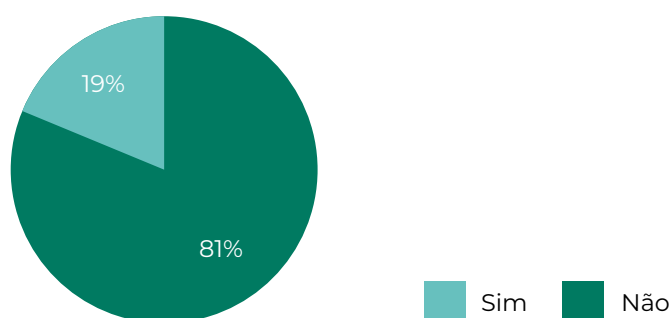
Na mesma cidade, outro entrevistado vai mais longe, afirmando que os sinais de recrutamento e mobilização de jovens pelos grupos extremistas são claros: *“Quanto a esta questão, digo que os sinais de ameaça de jovens que se juntam ao apoio a grupos extremistas na Guiné-Bissau, no Senegal, na Gâmbia e na Guiné-Conacri são notórios. Digo isso porque na nossa sociedade, os defensores desses criminosos são muitos, e na nossa religião, assistimos nos últimos anos a divergências enormes entre xiitas e ahmadiyya. Acredito que a presença destas correntes está a aumentar, bem como as divergências dentro das comunidades”,* P7 FG Gabu.

Há também aqueles que acusam os governantes de serem responsáveis pela adesão dos jovens aos grupos terroristas, por não investirem em formação: *“Os líderes africanos devem concentrar-se mais na educação local do árabe, do português, do francês e do inglês; só assim poderão afastar os seus cidadãos do extremismo e da radicalização”,* diz P8 FG Gabu, Adultos.

Por fim, vários entrevistados afirmam que é mais fácil mobilizar os jovens nas cidades do que nas aldeias. Nas aldeias, as pessoas conhecem-se, e quando um estrangeiro chega, todos ficam informados: *“Portanto, nas aldeias, o risco é relativamente baixo. O maior risco está, sem dúvida, nas cidades, especialmente na capital, onde muitas pessoas têm frequentemente origem desconhecida”,* disse um entrevistado em Nhacra.

2.2.7. Estruturas estatais dedicadas à luta contra o terrorismo

Gráfico 19: Estruturas estatais dedicadas à luta contra o terrorismo



No que diz respeito ao conhecimento da população em relação às estruturas de combate ao extremismo violento e ao terrorismo, 81% responderam que não conheciam nenhuma estrutura estatal para esse fim, em contraste com os 19% que afirmaram ter conhecimento dessas estruturas, conforme ilustrado no gráfico acima.

A pesquisa qualitativa corrobora os dados quantitativos, uma vez que quase todos os entrevistados afirmam não conhecer estruturas estatais dedicadas ao combate ao extremismo no país. Apenas a polícia judiciária foi mencionada como uma estrutura estatal que luta contra o extremismo. *“A polícia judiciária tem como atributos o combate ao tráfico de seres humanos, mas não sabemos se existe uma estrutura dedicada ao combate ao extremismo violento”* (P1 FG Nhacra).

As autoridades são consideradas incapazes de combater o terrorismo. Além disso, um entrevistado de Gabu afirma que as autoridades são incapazes de controlar até as prisões, de onde os prisioneiros muitas vezes escapam, explicando: *“Nossas autoridades não conseguem resolver os problemas. Nas prisões, os prisioneiros escapam após alguns dias de detenção. Não é raro encontrar um assassino em flagrante delito, caminhando pela rua, alguns dias após sua prisão”* (P4 FG Gabu).

Para alguns, nenhum Estado pode combater o extremismo, nem mesmo os países mais poderosos conseguem controlar o terrorismo. Os países que alegam combater o terrorismo também são suspeitos de serem a fonte do terrorismo, como afirma este entrevistado: *“Globalmente, as instituições criadas para combater o terrorismo são os primeiros terroristas, pois são esses países e pessoas que vendem armas aos grupos terroristas. Portanto, o principal promotor do terrorismo são os Estados Unidos, que ‘criaram’ Bin Laden. Os Estados Unidos sabem que o terrorismo só terminará quando não houver mais venda de armas”* (P2 FG Bissau).

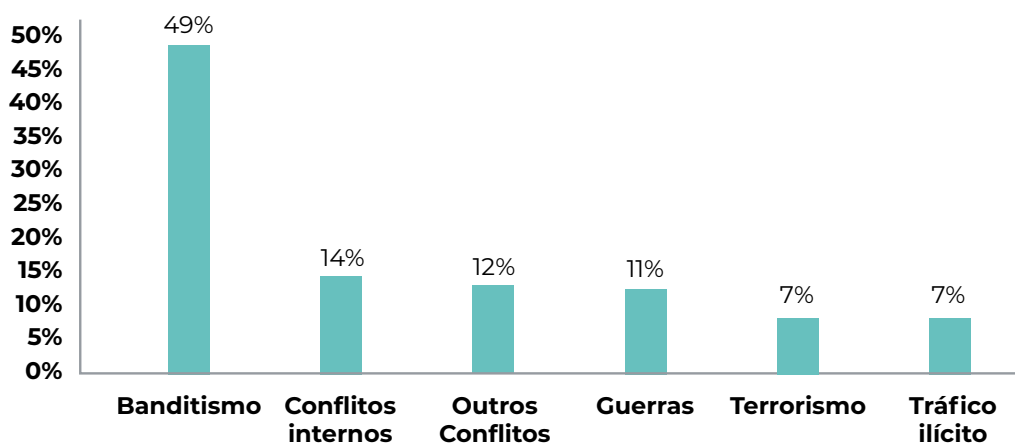
Um jovem de Gabu afirma conhecer Estados ou organizações que combatem o fenómeno do terrorismo e do extremismo violento: *“Sim, eu sei, porque existem várias organizações e personalidades que estão envolvidas na luta contra o fenómeno do terrorismo e do extremismo, com ou sem o apoio das autoridades da Guiné-Bissau. Um exemplo disso são as escolas corânicas, que estão na linha de frente na luta contra esse fenómeno, porque é mais fácil para alguém com domínio do árabe e do português combater o extremismo do que alguém que só domina o português”* (P6 FG Gabu).

2.3. Compreender as causas, os intervenientes e as áreas onde surgem sinais de extremismo violento

2.3.1. Ações de prevenção do radicalismo na Guiné-Bissau

2.3.1.1. Perceção da origem da insegurança na sub-região

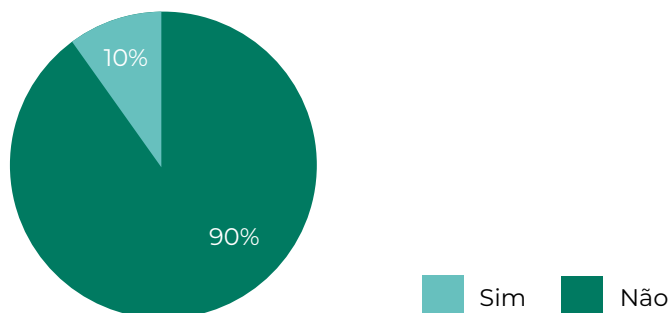
Gráfico 20: Perceção da origem da insegurança na sub-região



Quanto à origem da insegurança na sub-região, cerca de metade dos inquiridos (49%) refere o banditismo como a principal causa de insegurança, seguido de conflitos internos (14%). Outros conflitos não especificados e guerras são mencionados por 12% e 11%, respetivamente. O terrorismo e o tráfico ilícito são mencionados por 7% cada.

2.3.1.2. Medidas de combate ao extremismo violento

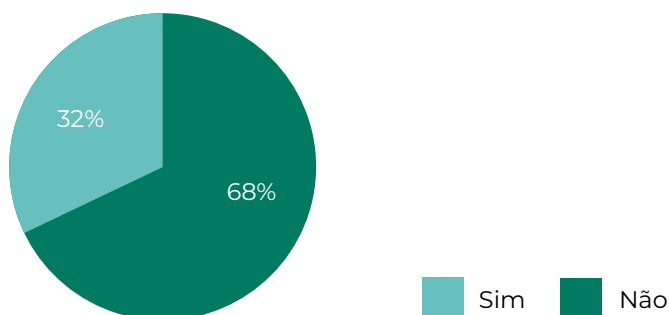
Gráfico 21: Conhecimento da existência de ações de combate ao extremismo violento



Relativamente à existência de ações visíveis para combater o extremismo violento no país, 90% dos inquiridos afirmam não ter conhecimento da sua existência, enquanto os restantes 10% afirmam que sim, embora não consigam especificar quais são.

2.3.1.3. Diferenças ideológicas entre tendências religiosas

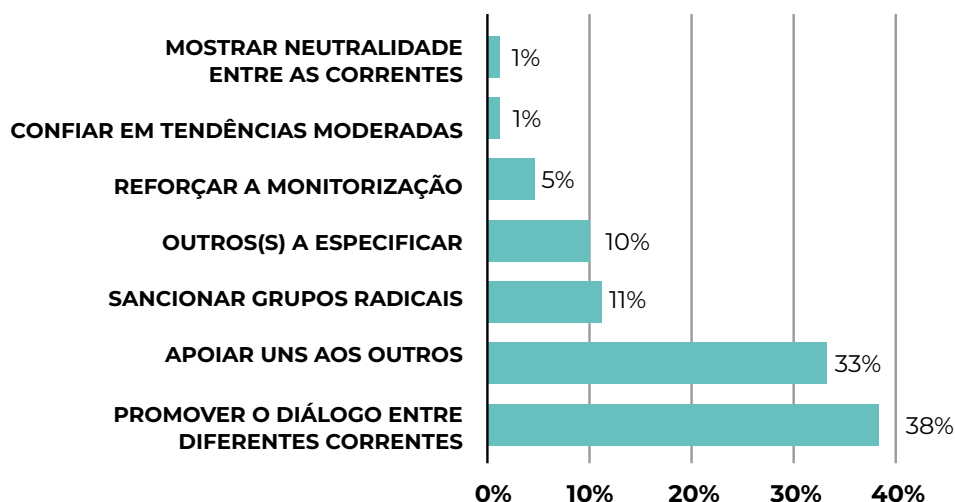
Gráfico 22: Existência de diferenças ideológicas entre tendências religiosas



Quando questionados se as diferenças ideológicas entre tendências religiosas são uma fonte de extremismo violento, 68% responderam que não, enquanto 32% acreditam que essas diferenças podem ser uma das fontes de extremismo violento, como demonstra o gráfico acima.

2.3.1.4. O que é necessário para combater o extremismo violento

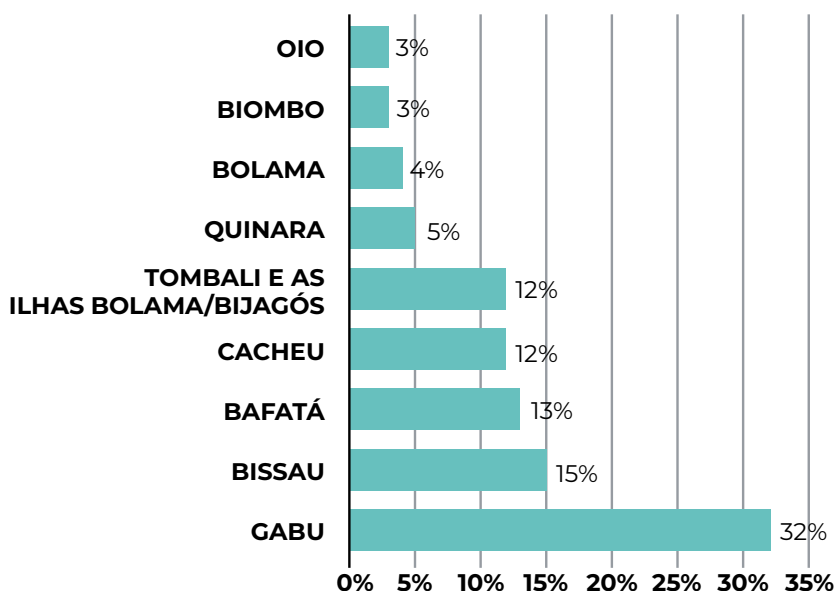
Gráfico 23: O que é necessário para combater o extremismo violento



Quanto às medidas concretas a serem tomadas para combater eficazmente a radicalização, as opiniões são divididas da seguinte forma: cerca de 38% das pessoas inquiridas defendem como medida mais apropriada a promoção do diálogo entre diferentes correntes religiosas. Mais de um terço (33%) defende o apoio mútuo entre diferentes correntes. A punição de grupos radicais é defendida por mais de 11%, enquanto cerca de 10% defendem outras medidas, embora sem especificá-las. Cerca de 5% acreditam que o reforço da monitorização das atividades das diferentes tendências é uma medida necessária. Por fim, 1% das pessoas inquiridas defendem ou confiam nas tendências moderadas, ou advogam a neutralidade entre diferentes correntes.

2.3.1.5. Regiões que devem aumentar o foco em ações de prevenção

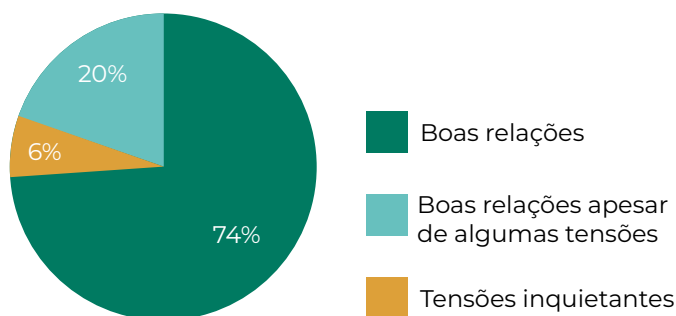
Gráfico 24: Regiões prioritárias para ações de prevenção



Quando questionados sobre quais regiões devem acolher uma maior concentração de ações para prevenir a radicalização na Guiné-Bissau, cerca de um terço das respostas indicam a região de Gabu (32%), seguida da capital Bissau e da região de Bafatá, em segundo e terceiro lugares, com 15% e 13%, respectivamente. A região de Cacheu, Tombali e as ilhas de Bolama/Bijagós correspondem cada uma a 12%. A região de Quinara recebe a preocupação de 5% dos inquiridos, enquanto Biombo e Oio não ultrapassam os 3%.

2.3.1.6. Relações entre grupos étnicos

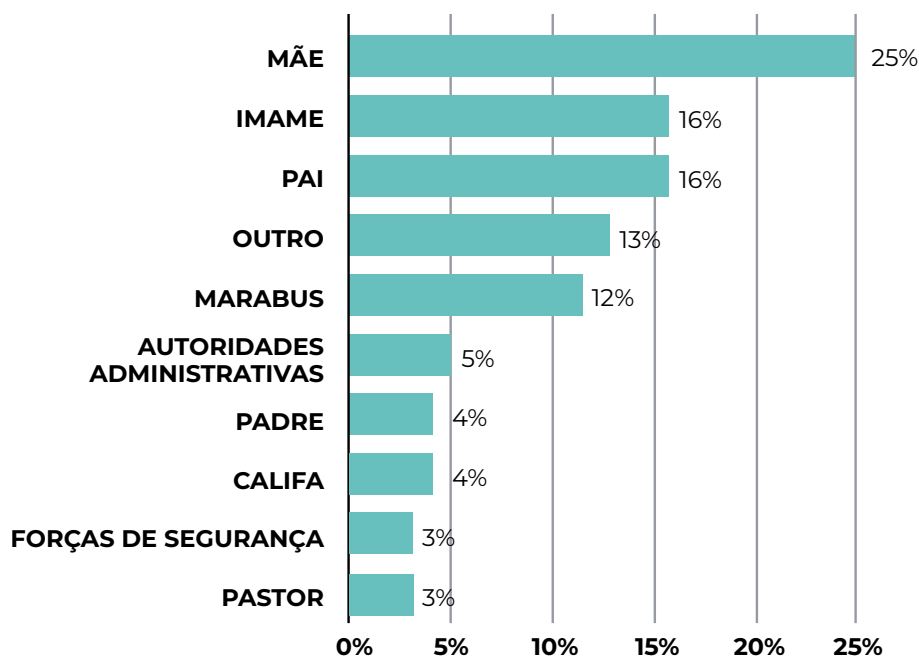
Gráfico 25: Relações entre grupos étnicos



No que diz respeito à qualificação das relações entre diferentes grupos étnicos, 74% responderam que existem boas relações entre diferentes etnias, seguidos por 20% que acreditam que existem boas relações apesar de algumas tensões, e 6% responderam que as relações entre grupos étnicos revelam tensões preocupantes, como pode ser visto no gráfico acima.

2.3.1.7. Quem deve ajudar um jovem radicalizado

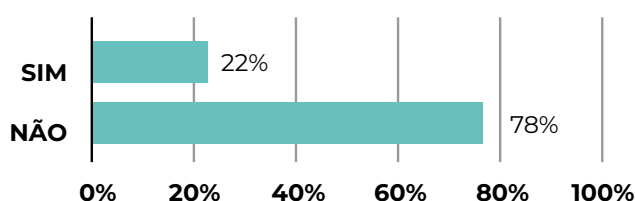
Gráfico 26: Quem deve ajudar um jovem radicalizado



Em resposta à questão: "A quem deve um jovem radicalizado recorrer em busca de ajuda?", as respostas variam significativamente. Uma pequena maioria (25%) menciona a mãe, seguida do pai e do imame (com 16% cada). Outras entidades não especificadas ganham a confiança de 13% dos inquiridos, seguidas pelo marabu com 12%. As autoridades administrativas aparecem apenas com 5% das respostas dos inquiridos. Sacerdotes e *khalifas* ocupam o sexto lugar com 4% de opiniões favoráveis, enquanto as forças de segurança e pastores não recebem mais de 3% das respostas dos inquiridos.

2.3.1.8. Tensões entre religiões

Gráfico 27: Tensões entre religiões



No que diz respeito a tensões ou confrontos entre diferentes comunidades religiosas na Guiné-Bissau, 78% das pessoas inquiridas responderam que não tinham notado confrontos ou tensões entre grupos religiosos, em contraste com os 22% que responderam que sim, existem confrontos e tensões nas relações entre diferentes confissões religiosas, como pode ser visto no gráfico acima.

2.3.2. Fontes de conflito

A pesquisa qualitativa revela que as fontes de conflito identificadas pelos inquiridos são variadas. O comportamento de certas comunidades em relação a outras é identificado como uma das potenciais fontes de conflito. Por exemplo, os Balanta, recentemente convertidos ao Islão, denunciam o comportamento de alguns membros da comunidade fula da Guiné-Conacri na Guiné-Bissau. *“Há um risco no caso dos nossos irmãos da Guiné que sofrem discriminação, mesmo as pessoas da mesma região e localidade. Alguém chama o seu irmão de Baledjo (negro) simplesmente porque tem uma cor mais clara ou porque pensa que é rico, o que pode agravar os conflitos. A utilização do termo Baledjo em fula é, de alguma forma, sinónimo de inferioridade ou até de escravidão”* (P4 FG Nhacra).

A questão fundiária é também considerada uma fonte significativa de conflitos no país. Para os inquiridos, é mais provável que ocorram conflitos relacionados com a terra do que conflitos étnico-religiosos. *“Na verdade, é difícil encontrar conflitos étnicos ou religiosos entre comunidades. O mais frequente é a existência de conflitos relacionados com a propriedade da terra (plantação de cajueiros)”*, justifica um residente de Nhacra.

Outra fonte de conflito é a distribuição de donativos. Alguns inquiridos reclamaram que o governo favorece as comunidades muçulmanas em detrimento de outras. Por exemplo, as pessoas que responderam a esta questão criticaram os critérios utilizados na distribuição de carne oferecida pela Arábia Saudita após os sacrifícios de carneiros durante a peregrinação. Para apoiar esta crítica, um residente de Nhacra afirma: *“Muitas vezes, as carcaças de carneiros são vendidas, o que deveria ser proibido. E para piorar a situação, os recém-convertidos ao Islão são esquecidos. Esta situação deve parar.”* Para dar outro exemplo: *“Veja as pessoas que trabalham na Presidência da República, certa vez tiveram direito a sete touros durante a festa do Tabaski.”*

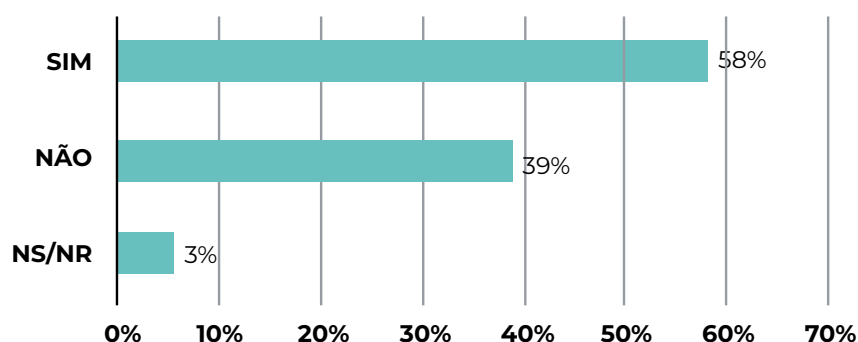
Alguns inquiridos afirmam que as comunidades não muçulmanas começam a queixar-se de que os muçulmanos estão a ser favorecidos. *“Vi uma pessoa a queixar-se pelo Estado ajudar os muçulmanos e não ajudar os cristãos durante o Natal.”*

Por fim, a falta de respeito pelas culturas de outros grupos também é percecionada como uma fonte de conflito, como referiu um inquirido: *“Devemos respeitar a cultura de cada um. Só porque alguém é muçulmano, isso não lhe dá o direito de dizer a outra pessoa que não pode realizar cerimónias.”* (P3FG Nhacra Adultos).

2.3.3. Compreensão da dimensão de género do fenómeno

2.3.3.1. Direitos dos Homens e das Mulheres

Gráfico 28: Igualdade de Direitos entre Homens e Mulheres - segundo a Religião

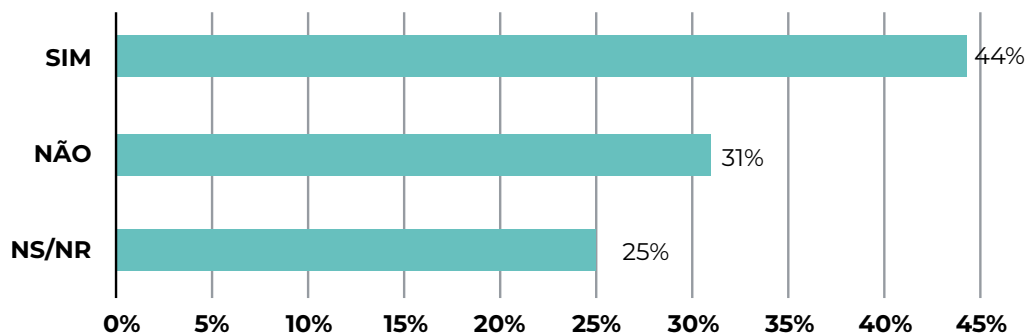


NS/NR = não sabe ou não responde

Questionados sobre a ideia de que, segundo a religião, homens e mulheres desfrutam dos mesmos direitos, mais de metade dos inquiridos (58%) respondeu afirmativamente. Contudo, 39% discordam dessa ideia. Apenas 3% dos inquiridos não quiseram ou não souberam responder.

2.3.3.2. Igualdade entre Homens e Mulheres na Religião

Gráfico 29: Igualdade entre Homens e Mulheres na Religião



NS/NR = não sabe ou não responde

No que diz respeito à igualdade de direitos entre homens e mulheres na religião, uma grande maioria (44%) acredita que homens e mulheres têm direitos iguais, enquanto 30% discordam dessa ideia. Cerca de 25% das pessoas não sabem ou não querem responder.

Os homens e as mulheres são considerados diferentes. De acordo com os resultados qualitativos, essa diferença é vista como vinda de Allah. De facto, os inquiridos salientaram que existem diferenças naturais entre homens e mulheres, como por exemplo a capacidade de engravidar: *“Existem áreas em que podemos ser iguais e áreas em que não podemos ser iguais, porque Allah disse que somos diferentes, mas no respeito mútuo, podemos viver juntos respeitando-nos uns aos outros”* (P1 FG Bissau).

Para alguns inquiridos, o Islão é mal compreendido no que diz respeito à igualdade de género. É visto, antes de mais, como uma religião que defende os direitos dos homens. Afirmar que homens e mulheres são iguais é considerado injusto para ambos, uma vez que se estariam a ignorar as diferenças naturais entre os dois sexos: *“Toda a gente é paga de acordo com o seu trabalho, independentemente do desagrado de alguém, essa é a vontade de Allah”*, argumenta um residente da capital. Ele acrescenta: *“Se reuníssemos todos os homens do mundo para engravidar e conceber uma criança, não teriam sucesso, porque*

Allah não nos deu essa capacidade.” Isto significa que aqueles que falam de igualdade de género são percebidos como apoiando a injustiça em relação às mulheres (P2 FG).

Essa diferença entre os géneros é percebida de forma diferente por alguns jovens. Para eles, não existem diferenças entre os géneros: *“Na nossa religião, eu digo que o homem e a mulher são iguais enquanto seres humanos, e só a mulher pode conceber uma criança, enquanto o homem não pode”*, acrescenta um jovem de Gabu (P1 FG).

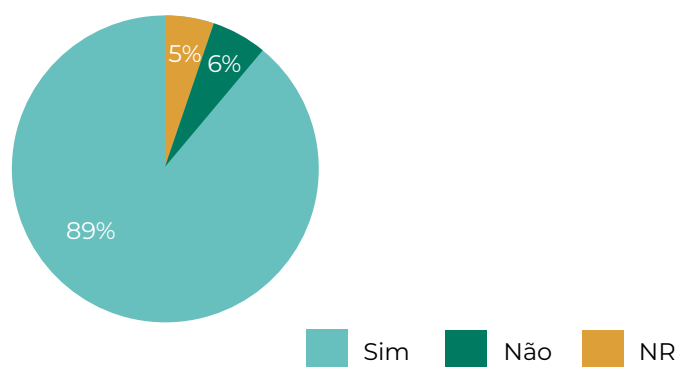
No entanto, uma grande proporção dos adultos inquiridos apoia a ideia de que os homens são superiores às mulheres: *“A igualdade entre homens e mulheres nunca existiu, porque desde os tempos de Adão e Eva, o mundo tem sido assim. Primeiro, Allah criou o homem, só depois criou a mulher a partir do seu corpo, de acordo com as Escrituras Sagradas. Em casa, o homem é o chefe, e ele deve ter a voz, senão estaríamos a enfrentar a anarquia”*, afirma. E acrescenta: *“Na sociedade, um casamento onde o homem e a mulher têm poder igual é um casamento frágil, muito frágil, especialmente se têm o mesmo salário e o mesmo poder económico”*. Segundo ele, *“a mulher deve submeter-se ao homem, pois tem sido assim desde a criação dos primeiros seres humanos”* (P1 FG Nhacra).

Nessa perspetiva, aqueles que defendem a igualdade de género são vistos como aqueles que alimentam os conflitos no seio do casal porque os homens são superiores às mulheres. Acredita-se que são os seguidores da religião cristã que estão a influenciar os governos africanos a promover a igualdade de género. De acordo com outro inquirido de Nhacra: *“Os nossos parlamentares dizem que entre os cristãos existe igualdade entre homens e mulheres, tendo os mesmos direitos; mas o Islão não disse isso, a mulher deve submeter-se ao homem porque o homem é o chefe”* (P4 FG Nhacra). No entanto, quando lhe foi pedido para indicar um texto que corroborasse as suas afirmações, não conseguiu fazê-lo. Para ele, *“nos dias de hoje, fala-se de igualdade de género, porque o homem trabalha e a mulher também, e ela muitas vezes recebe um salário mais elevado do que o do homem, o que muitas vezes leva à perda de autoridade, o que vai contra a lei islâmica”*, insiste ele, embora não apresente argumentos (P4 FG).

Essa superioridade dos homens reflete-se até mesmo na herança, onde, de acordo com os inquiridos: *“A religião muçulmana não iguala o homem e a mulher, mesmo na herança. Se o meu pai morrer e as minhas irmãs e eu estivermos vivos, Allah recomenda que os homens recebam dois terços e as mulheres um terço.”*

2.3.3.3. Papel das Mulheres na prevenção

Gráfico 30: O Papel das Mulheres na prevenção



No que diz respeito ao papel que as mulheres devem desempenhar na prevenção da radicalização, uma esmagadora maioria (89%) das pessoas inquiridas concorda que elas têm um papel importante e relevante na prevenção da radicalização. Apenas 6% não concorda com esta ideia e 5% preferem não responder.

Na pesquisa qualitativa, todas as pessoas entrevistadas concordaram que o primeiro papel das mulheres é o de cuidar da educação e da organização do lar. *“A mulher tem o papel de educar as crianças e, muitas vezes, quando a criança é mal-educada, o homem culpa a mulher”*, afirmou um inquirido (P1 FG Bissau Adultos). Neste sentido, o papel fundamental do homem é providenciar comida para casa, enquanto o papel da mulher é cuidar do lar. *“Para mim, um exemplo concreto é que o homem é responsável por buscar meios de subsistência para a família, e a mulher deve respeitar o homem, e vice-versa. E eles nunca devem brigar de forma a que suas vozes sejam ouvidas pelos outros”*, explicou um residente de Gabu (P7 FG Gabu).



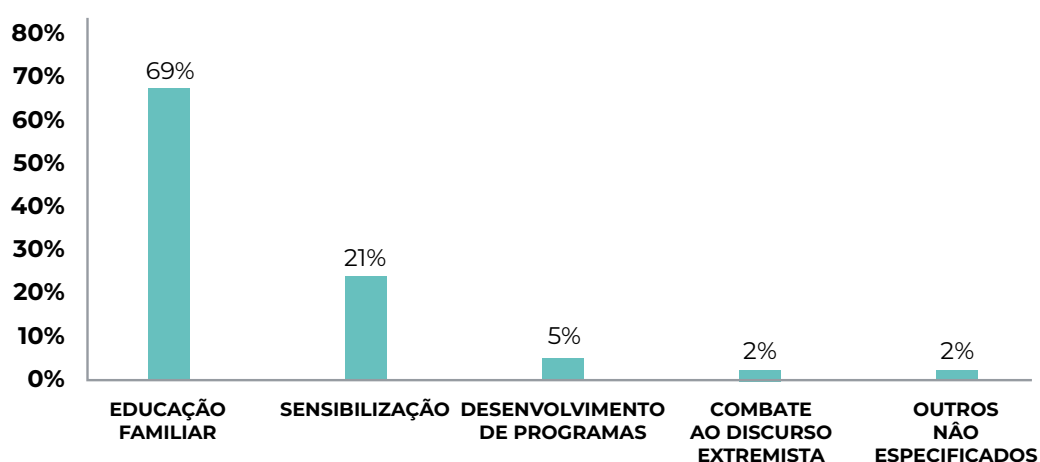
Os inquiridos também destacaram que as mulheres deveriam desempenhar um papel preventivo nas comunidades, aconselhando os seus maridos a evitar problemas na família e na comunidade. *“As mulheres sabem muitas coisas antes dos homens e percebem os sinais antes dos homens porque, na maioria das vezes, o homem não sabe o que está a acontecer em sua casa, e é a mulher que liga para lhe contar. Apenas as mulheres podem saber as coisas antes dos homens, e o papel que podem desempenhar antes que as coisas avancem é alertar o homem”*, argumentou um entrevistado (P1 FG Nhacra Adultos).

As pessoas inquiridas reconhecem que as mulheres são as mais adequadas para combater o terrorismo. A luta contra o terrorismo deve ser um dos papéis das mulheres, pois são as mais bem informadas na comunidade. Elas são as primeiras a descobrir o que as crianças estão a fazer, como argumentou um entrevistado: *“As mulheres podem descobrir cedo o que a criança está a fazer, e foi Allah que lhes deu essa capacidade”*, disse (P2 FG Bissau Adultos). Outro entrevistado concorda: *“As pessoas mais preparadas para lutar contra o radicalismo são as mulheres; as mulheres são as mais talentosas para mobilizar os outros. Na realidade, não há homem forte diante de uma mulher, portanto, qualquer questão relacionada com a sensibilização deve ser realizada pelas mulheres”*, afirmou (P3 FG Bissau Adultos). Para enfatizar o papel de liderança das mulheres na prevenção, um entrevistado de Gabu apoia o seguinte: *“As mulheres podem desempenhar um papel importante na prevenção da radicalização. Digo isso porque, em termos de número, elas são a maioria no mundo, e somos educados por elas; têm maior capacidade para descobrir imediatamente a radicalização de alguém e, ao mesmo tempo, serão capazes de sensibilizar para a mudança de mentalidade dos radicalizados. É por isso que devemos investir na educação, formação e empoderamento das mulheres”* (P6 FG Gabu).



2.3.3.4. Área mais eficaz para o papel das Mulheres na prevenção

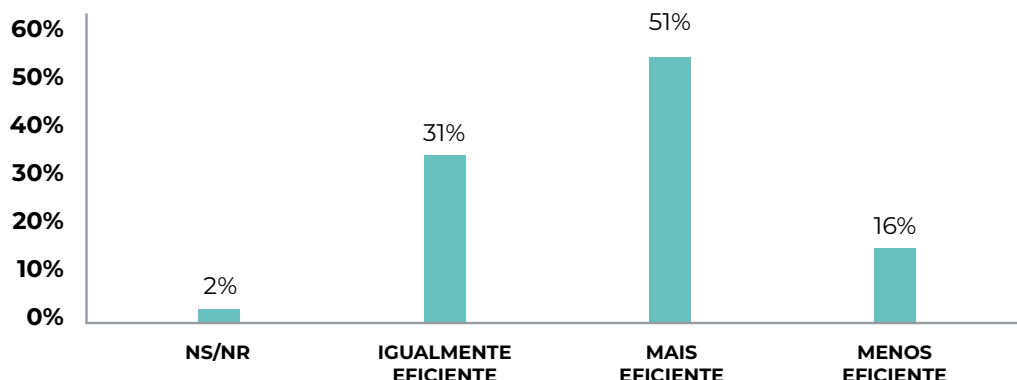
Gráfico 31: Em que área o papel das Mulheres será mais eficaz



Perguntados sobre como seria mais eficaz o papel das mulheres na prevenção, a grande maioria dos inquiridos (69%) referiu a educação familiar como a intervenção em que o papel das mulheres seria mais eficaz. Para 21%, a sensibilização é a área em que o papel das mulheres seria mais relevante, seguida pelo desenvolvimento de programas, representando 5% das respostas. A luta contra discursos extremistas e outros discursos não especificados corresponde a 2% dos inquiridos.

2.3.3.5. Percepção das ações das Mulheres em comparação com as dos Homens

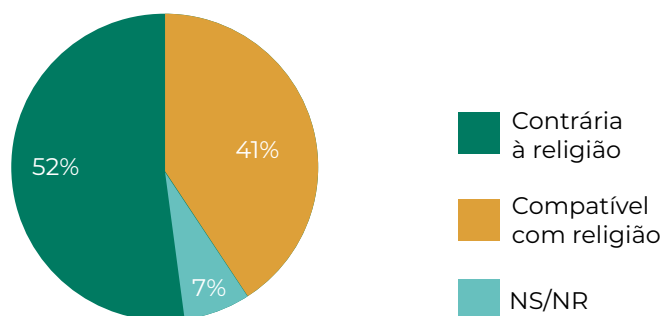
Gráfico 32: Percepção das ações das Mulheres em comparação com as dos Homens



No que diz respeito à Percepção da eficácia das ações desenvolvidas pelas mulheres em comparação com as dos homens, mais da metade dos inquiridos (51%) acredita que as ações das mulheres seriam mais eficazes do que as dos homens. Por outro lado, 31% acreditam que seriam igualmente eficazes, e 16% dos inquiridos menos eficazes. As pessoas sem opinião ou que preferem não responder correspondem a 2% dos inquiridos.

2.3.3.6. Percepção da Luta Contra a Mutilação Genital Feminina

Gráfico 33: Percepção da Luta contra a Mutilação Genital Feminina (MGF)



Na pergunta sobre como classificariam a luta contra a mutilação genital feminina, mais da metade dos inquiridos (52%) considera que a mutilação genital feminina é contrária à religião, enquanto 41% acreditam que é compatível com a religião. 7% dos inquiridos não se pronunciaram sobre esta questão.

Quanto à mutilação genital feminina, a pesquisa qualitativa identifica duas opiniões principais: os que apoiam e os que se opõem.

Aqueles que apoiam a mutilação genital feminina avançam as seguintes razões: uma mulher não circuncidada é impura. Essa impureza impedi-la-ia de praticar o Islão corretamente: *“A mutilação genital feminina é sinónimo de higiene para os muçulmanos. As pessoas que defendem que as mulheres não devem ser submetidas à excisão devem saber que uma mulher não circuncidada é impura”*, argumentou um dos inquiridos na capital. Uma mulher que tenha sido circuncidada é vista como mais fiel ao marido, enquanto que a não circuncidada tem maior probabilidade de cometer adultério. *“Você sabe como a mulher foi criada; o profeta recomenda que a excisão seja feita na parte superficial, porque, ao não o fazer, a pessoa terá mais prazer e terá tendência a procurar mais homens”*, explicou uma das pessoas entrevistadas na região de Gabu.

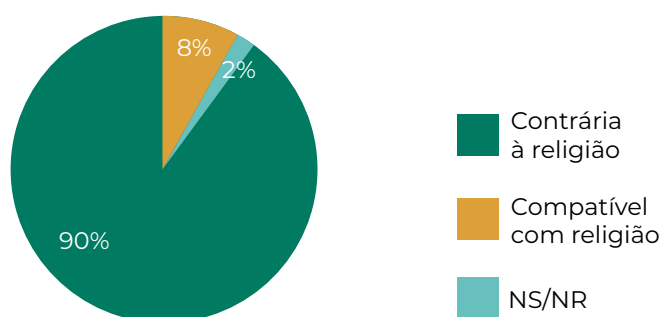
Aqueles que se opõem à mutilação genital feminina acreditam que a proibição da MGF é uma medida positiva. Para este grupo, não há nenhuma passagem no Corão que defenda a prática da MGF. *“Não concordo com as pessoas que defendem a MGF. E na religião islâmica, tudo é claro, é por isso que eu digo que não está escrito na religião islâmica, porque estudei na Arábia Saudita, onde o Islão nasceu, mas mesmo lá, há pessoas que não praticam a mutilação genital feminina. Como em tudo, existem algumas comunidades que continuam com essa prática. Se a MGF fosse uma recomendação, ou seja, uma obrigação no Islão, nunca seria um tema de discussão em qualquer sociedade islâmica; nós simplesmente a aceitaríamos como todas as outras obrigações do Islão”*, afirmou um entrevistado (P6 FG Gabu).

Outro entrevistado apoia o argumento do interveniente anterior, afirmando: *“Para mim, a MGF é um crime, porque Allah não ordenou a ninguém que cortasse uma parte do corpo da mulher, porque Allah é perfeito e eu não vi erros na Sua criação. Não são os homens que podem aperfeiçoar o que Allah criou”* (P2 FG Nhacra).

Há também aqueles que aceitam a proibição da MGF porque a lei já foi aprovada no parlamento, como afirmado por esta pessoa entrevistada: *“Uma vez que já foi votada e aprovada pelo nosso parlamento, não há outro caminho”* (P1 FG Gabu).

2.3.3.7. Percepção da Violência contra as Mulheres

Gráfico 34: Percepção da Violência contra as Mulheres



A mesma lógica aplica-se à questão da violência contra as mulheres. As respostas não deixam espaço para dúvidas. Cerca de 90% das pessoas que responderam afirmam que a violência contra as mulheres é uma prática contrária à religião. Apenas 8% dos inquiridos pensam que é compatível com a religião e 2% não sabem ou não querem responder.

Quanto à pergunta sobre o que pensam dos homens que batem nas suas esposas, as respostas da pesquisa qualitativa estão divididas em dois grupos. Um deles sustenta que, de acordo com as recomendações do Islão, um homem não deve bater numa mulher: *“Há pessoas que batem nas suas esposas e que adotaram essa prática como parte da sua cultura, embora seja proibida na nossa religião”* (P3 FG Gabu).

Para outros, a razão pela qual um homem não pode bater numa mulher são as leis que proíbem qualquer ato de violência contra elas. Algumas leis são consideradas por alguns homens como um excesso de liberdade para as mulheres, que enfraquecem os homens perante as suas esposas. *“Sabem que, neste momento, o Estado concedeu às mulheres muita liberdade, liberdade de ter direitos iguais aos dos homens, a prova disso é a nossa conversa. Sem esses direitos, este debate não*

teria lugar neste contexto. Portanto, é a evolução natural das coisas, ou seja, aquele que detém o poder também o pode perder. Nas nossas sociedades, o homem tem sido o detentor do poder e a mulher devia submeter-se. Felizmente, as coisas começam a mudar", afirmou outro entrevistado na cidade de Gabu.

O outro grupo é o daqueles que acreditam que um homem deve bater na sua esposa em certas circunstâncias. *"Na maioria das vezes, quando falamos com as mulheres, elas não seguem as nossas ordens, por isso somos obrigados a bater-lhes. Outras insultam os maridos e eles acabam por reagir"* (P3 FG Nhacra), explicou um homem de Nhacra.

Para outros entrevistados, o homem também deve bater na sua esposa em caso de infidelidade. *"O que leva um homem a bater numa mulher é a falta de educação, ou seja, a forma como ela se deve comportar no casamento. No passado, só se batia numa mulher em caso de Zinah (adultério)"* (P5 FG Nhacra), relatou um homem de Nhacra.

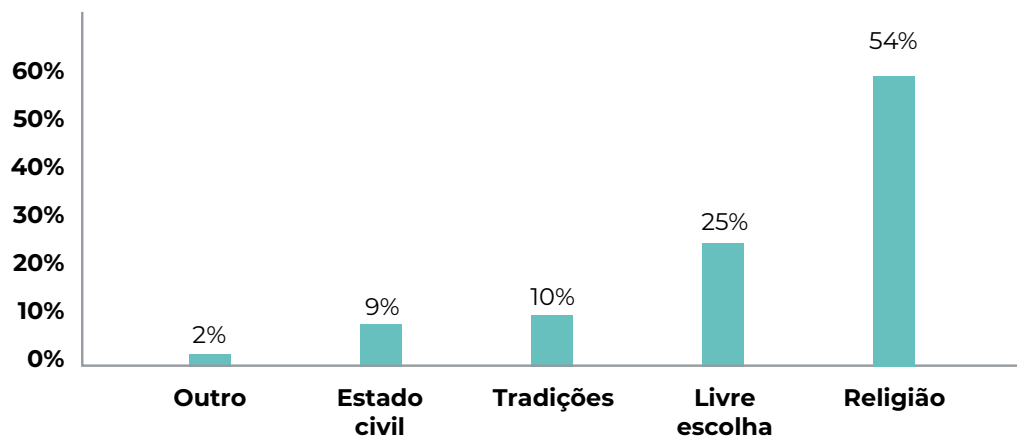
Quando a mulher se recusa a seguir os conselhos do marido, especialmente quando se recusa a ter relações sexuais com ele, ele tem o direito de lhe bater, de acordo com as recomendações do Islão. *"A nossa religião permite bater numa mulher, mas nunca de forma abusiva. Isso é proibido"*, disse outro entrevistado em Gabu.

Outro participante na pesquisa acredita que os elevados dotes pagos, levam alguns maridos a pensar que têm todos os direitos sobre as suas esposas. Para evitar esse tipo de brutalidade, seria importante debater a questão do dote. E acrescentou: *"As pessoas abusam porque gastaram somas de dinheiro para casar com a filha de alguém, então, se ela não obedecer às ordens, ele terá de a forçar a fazê-lo"* (P5 FG Gabu).

Finalmente, outros entrevistados afirmaram que não se deve esquecer que atualmente há mulheres que batem nos maridos, assim como há maridos que batem nas suas esposas. Recentemente, na Guiné-Bissau, houve casos de violência contra homens, em particular por mulheres que cortam os órgãos genitais dos maridos enquanto dormem.

2.3.3.8. Percepção das roupas femininas

Gráfico 35: Fatores que deveriam condicionar as roupas femininas



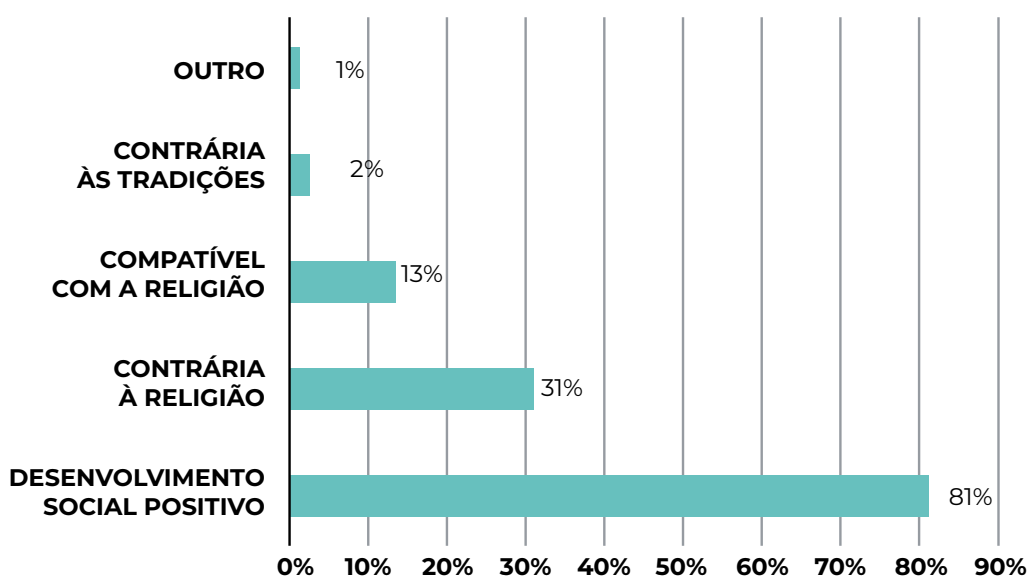
No que diz respeito aos fatores que devem condicionar o vestuário das mulheres, mais de metade deles acreditam que o fator religioso deve influenciar a maneira como as mulheres se vestem; um quarto das pessoas entrevistadas (25%) acredita que o uso de roupas deve ser uma escolha livre da mulher. Os fatores tradicionais da comunidade e o estado civil das mulheres são outros fatores mencionados por 10% e 9% dos entrevistados, respectivamente. Aproximadamente 2% das pessoas não têm opinião sobre o assunto.

Em geral, todos os entrevistados na pesquisa qualitativa concordam que uma mulher deve vestir-se de modo que a sua forma não seja visível. As únicas partes que podem estar à vista são os pés, parafraseando um dos entrevistados. Uma coisa é o vestuário e outra coisa é a cultura. Porque as quatro doutrinas da interpretação islâmica, ou seja, hanifismo, salafismo, maliquismo e hambalismo, concordaram que as únicas partes que devem ser expostas são o rosto e a palma das mãos. Sobre tudo, a mulher deve garantir que o seu vestuário não atraia os homens. Allah ordenou às mulheres que escondam as partes sensíveis ou tudo o que possa atrair outro homem, parafraseando outro entrevistado em Gabú.

Para outro entrevistado de Nhacra, as mulheres devem vestir-se de maneira modesta, independentemente da sua religião: *“Mesmo que isso não esteja relacionado com o Islão, as pessoas devem usar roupas que cubram as suas partes íntimas”*, disse ele. Observar como as pessoas se vestem serve como um aviso porque *“o profeta disse, um dos sinais do fim do mundo é quando chega o tempo em que as pessoas se vestem como se estivessem nuas”*, acrescentou. *“É exatamente isso que vemos. Gostaria de ver as pessoas, não apenas mulheres, mas também homens, a vestirem-se decentemente, como podemos ver nas ruas da Gâmbia, não apenas mulheres muçulmanas, mas também pessoas de outras confissões religiosas. Lá as pessoas vestem-se muito bem”* (P1 FG Nhacra), ilustra este entrevistado de Nhacra.

2.3.3.9. Percepção da escolarização das Mulheres

Gráfico 36: Percepção da escolarização das Mulheres

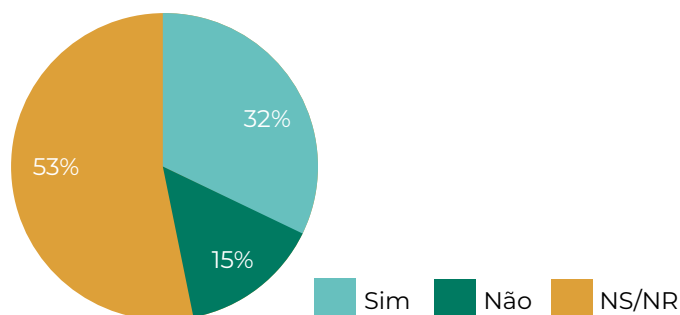


No que diz respeito à escolarização de meninas/mulheres, 81% responderam que é um fator positivo de desenvolvimento social. No entanto 31% afirmam que é contrária à religião, enquanto que só 13% responderam que é compatível. 2% responderam que é contrária às tradições, como pode ser visto no gráfico acima.

2.4. Identificação de possíveis fatores de resiliência contra o extremismo violento

2.4.1. Valores culturais contra o extremismo violento

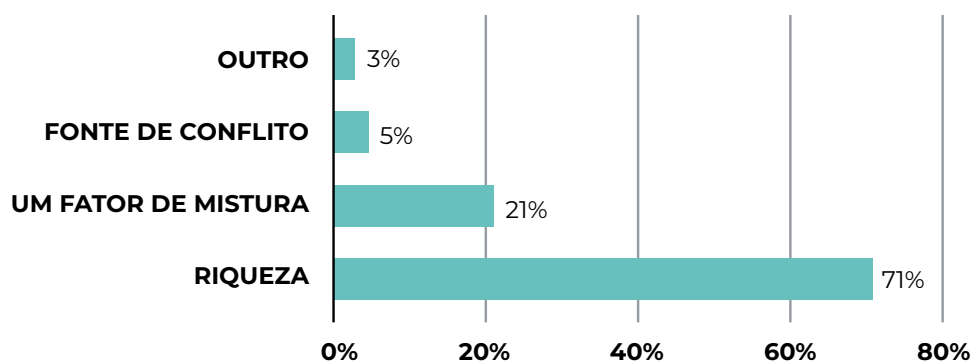
Gráfico 37: Existência de valores culturais contra o extremismo



No que diz respeito à existência de valores culturais na Guiné-Bissau que servem como elementos de proteção contra o extremismo violento, a maioria dos inquiridos (53%) afirma que não tem conhecimento da existência presumida desses elementos. Cerca de um terço dos inquiridos (32%) acredita que tais elementos existem, e 15% acreditam que não há qualquer elemento capaz de deter o extremismo violento.

2.4.2. Diversidade Cultural

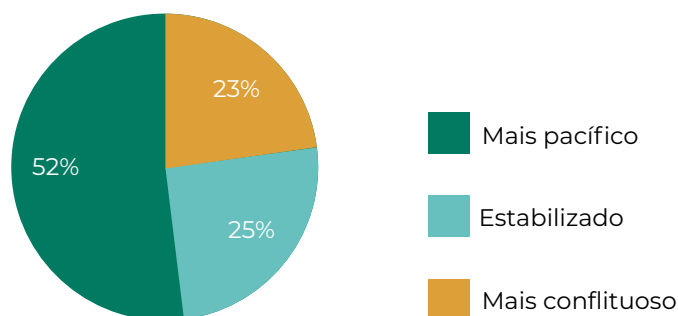
Gráfico 38: Qual o significado da diversidade cultural



Questionados sobre o significado da diversidade cultural na Guiné-Bissau, uma grande maioria (71%) considera que é uma riqueza para o país. 21% acreditam que é um fator de miscigenação entre as comunidades do país. No entanto, é importante observar que 5% das pessoas veem isso como uma fonte de conflito, e aqueles que responderam “outro” representam 3%.

2.4.3. Relações inter-religiosas na Guiné-Bissau nos próximos 5 anos

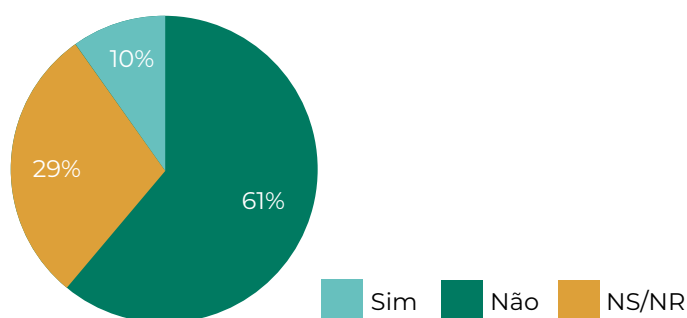
Gráfico 39: Relações inter-religiosas em 5 anos



Desafiados a imaginar como serão as relações inter-religiosas na Guiné-Bissau daqui a 5 anos, mais da metade (52%) das pessoas que responderam à pesquisa esperam que o país esteja em paz, enquanto 23% acreditam que o país enfrentará mais conflitos. Um quarto dos entrevistados (25%) acreditam que o país viverá em estabilidade.

2.4.4. Tensões entre comunidades tradicionais e igrejas ou mesquitas

Gráfico 40: Existência de tensões entre comunidades tradicionais e igrejas ou mesquitas

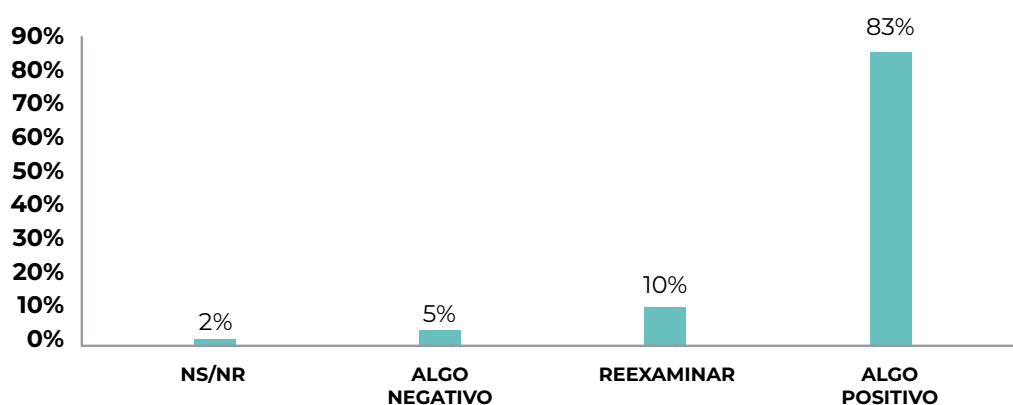


Quando questionados se estão cientes da existência de tensões entre comunidades tradicionais e igrejas ou mesquitas, a grande maioria dos entrevistados (mais de 60%) afirma que não está ciente da existência de tensões ou conflitos em oposição aos 10% que estão. 29% declaram não saber responder a esta questão.

2.5. Exploração do financiamento de lugares de culto

2.5.1. Percepção da ajuda de países árabes

Gráfico 41: Percepção da construção de escolas e/ou mesquitas por países árabes



No que diz respeito ao financiamento da construção de escolas e/ou mesquitas por parte de alguns países árabes na Guiné-Bissau, a grande maioria das pessoas entrevistadas considera isso como algo positivo, enquanto 5% das pessoas entrevistadas acham que é algo negativo. Para 10%, a construção de mesquitas ou escolas por países árabes deveria ser reexaminada. Os 2% restantes não têm opinião ou optaram por não responder.

2.5.2. Percepção do financiamento e construção de mesquitas

Quando questionados sobre quem deveria financiar a construção de mesquitas no país, as respostas das pessoas entrevistadas durante a pesquisa qualitativa foram unânimes no sentido de que a construção de locais de culto em um país laico como a Guiné-Bissau deveria ser da responsabilidade das comunidades. Noutras palavras, os membros da comunidade devem encontrar meios para financiar os seus locais de culto. *“A comunidade em si, porque um muçulmano, se tiver os meios, pode construir uma mesquita. Não é papel do Estado construir mesquitas em um Estado laico”*, de acordo com um entrevistado da capital.

Outros afirmam que, não apenas a comunidade deve construir os seus locais de culto pelos seus próprios meios, mas também deve evitar financiamentos externos que possam condicionar as práticas dos fiéis no local de culto: *“Como sabemos que o nosso país é um Estado laico, a construção de locais de culto, sejam mesquitas ou igrejas, deve ser de responsabilidade da comunidade local, usando as contribuições dos seus membros, evitando assim compromissos e dependência do exterior”*, explica um jovem de Gabu.

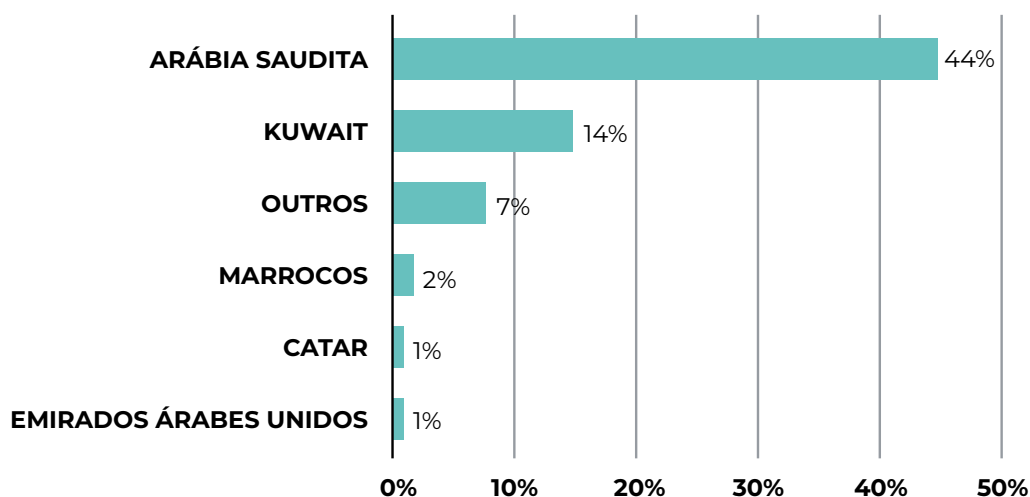
2.5.3. Perceção da construção de escolas e mesquitas por países árabes

A construção de mesquitas e escolas por países árabes é bem vista pelos entrevistados. Eles acreditam que a assistência árabe está de acordo com as recomendações do Islão, que instruem os muçulmanos a dar a Zakat, uma esmola obrigatória, um imposto a ser pago sobre os seus bens, a uma taxa determinada. *“É bom porque as pessoas nos países árabes querem dar a Zakat e usar essa ‘taxa/esmola’ para construir uma escola e uma mesquita”*, diz um entrevistado de Bissau. Ele acrescenta: *“O que levou a isso é a compreensão de um hadith do profeta Maomé, que diz que qualquer pessoa que construir uma mesquita para os fiéis, será recompensado por Deus com uma casa no Paraíso”*. Portanto, *“as pessoas constroem mesquitas, mas o mais importante seria construir uma escola, onde poderíamos formar muitos homens que, um dia, poderiam construir várias mesquitas. E, a recompensa certamente seria muito maior”*, diz um entrevistado de Gabu.

Outros entrevistados acreditam que essa ajuda é também um meio de combater a pobreza e certas injustiças para a comunidade muçulmana, como afirma um deles: *“Para mim, isso é muito bom. Quando a população vive na pobreza, haverá sempre contribuições de outros países para construir mesquitas ou escolas. Veja hoje, por exemplo, temos muitas mesquitas e escolas construídas com tijolos de cimento, o que contribuiu muito para reduzir as escolas tradicionais “DUDE”, melhorando assim a qualidade do ensino praticado, bem como a vida dos alunos e professores”*, explica um jovem de Gabu.

2.5.4. Os países mais ativos na construção de mesquitas

Gráfico 42: Os países mais ativos na construção de mesquitas



Entre os possíveis países árabes que financiam a construção de mesquitas, quais seriam os mais ativos? A Arábia Saudita destaca-se com grande margem, representando cerca de 44% das respostas, seguida pelo Kuwait com 14% e outros não especificados com 7% das respostas. Marrocos ocupa a quarta posição com 2%, enquanto o Catar e os Emirados Árabes Unidos dividem a última posição, com apenas 1% cada.

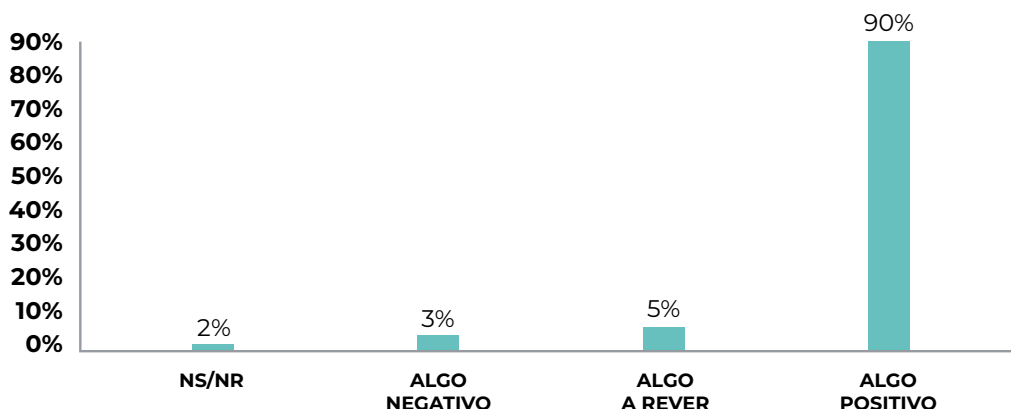
Centenas de mesquitas estão a ser construídas por todo o continente africano, com financiamento da Arábia Saudita, da Turquia e do Irão. Todavia, na percepção dos entrevistados na pesquisa qualitativa, os países mais ativos na construção de mesquitas e escolas seriam a Arábia Saudita, o Kuwait, a Turquia, o Egito, e a Índia, bem como as diásporas residentes em países como a Inglaterra e Portugal. Alguns entrevistados são capazes de diferenciar a construção de mesquitas das escolas, afirmando que a Arábia Saudita constrói mais mesquitas, enquanto o Kuwait e o Egito estão mais envolvidos na construção de escolas.

Os guineenses que vivem em países europeus estão ativos na construção de escolas. De acordo com um dos entrevistados na capital: *“Ultimamente, além dos países tradicionalmente envolvidos na construção de mesquitas e escolas mencionados acima, há a presença de novos atores, como a Turquia, especialmente na construção de escolas. Mas também comunidades guineenses que vivem em Portugal e na Inglaterra, que também estão construindo infraestruturas para as suas comunidades”*.

Uma forma que surgiu recentemente é a utilização do capital social e das relações pessoais, por parte de algumas personalidades, para obter financiamento. Isso foi exemplificado por um entrevistado da capital que mencionou uma mesquita próxima de sua casa: *“Esta mesquita foi construída quando nosso pai foi a Portugal, onde conheceu indo-paquistaneses a quem apresentou o seu projeto de construção da mesquita para a comunidade do seu bairro. Eles sensibilizaram-se e forneceram os recursos necessários para tornar essa ideia realidade.”*

2.5.5. Assistência de países ocidentais, europeus e latino-americanos na construção de escolas e igrejas

Gráfico 43: Percepção da assistência de países ocidentais, europeus e latino-americanos na construção de escolas e igrejas



De acordo com a pergunta anterior, os entrevistados foram convidados a opinar sobre a ajuda dos países ocidentais no financiamento de igrejas e escolas cristãs na Guiné-Bissau. Mais uma vez, as respostas são inequívocas. Cerca de 90% dos entrevistados acreditam que é algo bom, enquanto apenas 3% afirmam que é algo negativo. 3% acham que é algo que deve ser revisto e, finalmente, 2% não sabem ou preferem não responder.

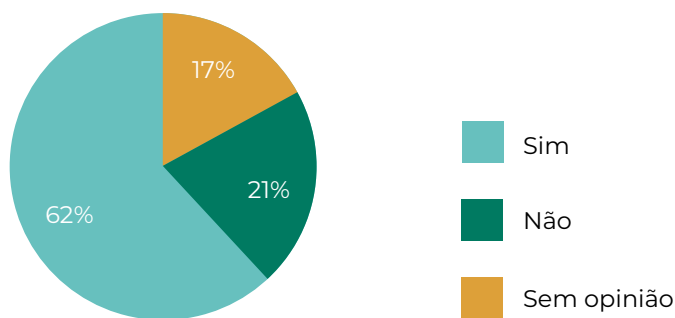
No que diz respeito à construção de igrejas por países ocidentais, os entrevistados na pesquisa qualitativa consideram que é normal que os ocidentais o façam, por razões de solidariedade religiosa, como afirmou um dos entrevistados: *“É normal porque eles praticam a mesma religião; cada um recebe ajuda por meio de sua religião. Na Europa, a religião cristã predomina, onde os muçulmanos são minoritários. Assim como os muçulmanos esperam solidariedade dos países árabes e de outros países muçulmanos, a mesma solidariedade pode ser esperada dos países ocidentais pelas igrejas cristãs.”*

Na Guiné-Bissau, as escolas católicas educam alunos de outras confissões religiosas. *“Uma boa iniciativa, porque, na verdade, desde que seja benéfica para a população, é naturalmente muito boa. Há muçulmanos a estudar em escolas e universidades católicas, assim como alguns católicos e evangélicos estudam em escolas árabes, como o Centro Educacional Attadamum, em Bissau, e mais recentemente em outras localidades, como aqui em Gabú.”*

Alguns entrevistados destacaram o importante papel desempenhado pelas escolas católicas na educação dos bissau-guineenses de diferentes comunidades do país, independentemente de sua origem étnica ou religiosa: *“Temos médicos graças às escolas dos missionários. Pessoas como o Dr. Salvador Tchongo, Binhanco Nham, entre outros”,* explicou um entrevistado em Nhacra. No caso da comunidade Balanta, um entrevistado observou que *“foi em 1960 que os portugueses começaram a ter as primeiras escolas públicas, antes disso eram escolas de missionários das igrejas.”*

2.5.6. Subsídio estatal para peregrinação

Gráfico 44: Perceção do subsídio estatal para a peregrinação



No que diz respeito à possibilidade de o Estado subsidiar a peregrinação, 62% dos inquiridos acreditam que o Estado deveria subsidiar a peregrinação, enquanto 21% discordam. Um total de 17% não tem opinião sobre o assunto.

Na pesquisa qualitativa, várias opiniões surgiram quanto à questão de se o Estado deve subsidiar a peregrinação muçulmana. A primeira é a que alega que o governo não deve subsidiar a peregrinação muçulmana,



uma vez que o país é laico e, na religião muçulmana, é aconselhável que o indivíduo possa pagar a peregrinação com os seus próprios meios financeiros. Ou seja, quando outra entidade subsidia a peregrinação a Meca, essa peregrinação não é bem vista: *“A peregrinação é condicionada pelos meios financeiros da própria pessoa”*, explicou um entrevistado em Bissau, acrescentando: *“Cada religião deve ser financiada pela sua própria comunidade e, por outro lado, pelos irmãos da mesma fé que estão no exterior, não importa se é na Arábia Saudita ou em Roma, porque todas as religiões recolhem a Zakat ou o seu equivalente, como o dízimo entre os cristãos, que são doações feitas pelos fiéis nas igrejas”*, acrescentou um entrevistado em Nhacra.

A segunda opinião é a daqueles que acreditam que o governo deve ser justo e equitativo. O subsídio deve ser concedido a todas as religiões sem discriminação. *“O Estado não deve subsidiar a peregrinação, mas se decidir fazê-lo, deve fazê-lo para todas as confissões religiosas sem exceção”*, acrescentou outro entrevistado de Bissau.

Nesse mesmo sentido, outro entrevistado em Gabu afirma o seguinte: *“Somos todos filhos deste país, portanto, todas as ações do Estado devem prevalecer na equidade e senso de justiça. Não se deve favorecer uma comunidade em detrimento de outras. Dessa forma, podemos evitar qualquer desconforto e garantir a paz social.”*

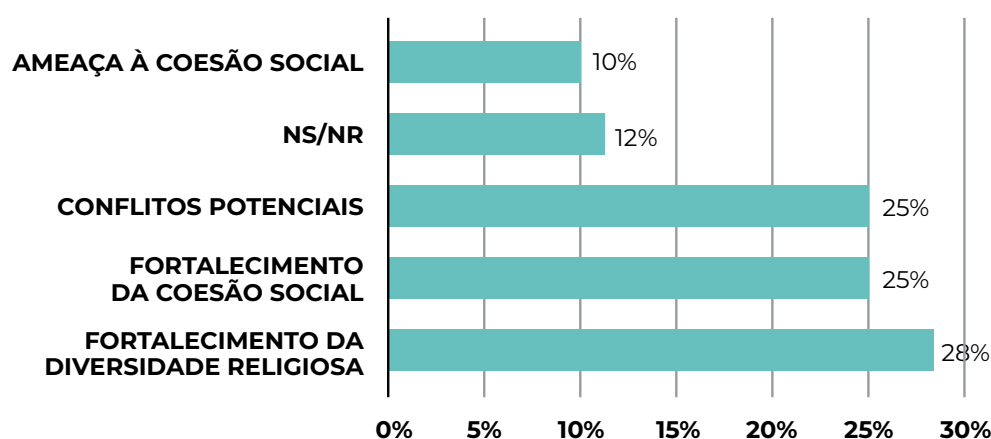
Por outro lado, de acordo com um entrevistado na capital, os subsídios tornaram-se um instrumento político, ou seja, *“o Estado ou os seus representantes, quando subsidiarem a peregrinação, será para obter ganhos políticos”*, acusou esse entrevistado de Bissau. A questão dos subsídios tornou-se também um negócio, segundo um entrevistado em Nhacra, que acrescentou: *“Ultimamente, as pessoas não foram para a peregrinação a Meca devido à corrupção; como vê, as bolsas de peregrinação já foram atribuídas, mas os candidatos têm que as comprar.”*

A terceira perspetiva é que o subsídio do governo à peregrinação é um critério de boa governança: *“para tornar as pessoas do país felizes, sejam muçulmanos ou cristãos, porque, se alguém o faz, terá a sensação de governar para que a população se sinta feliz. Como todos sabemos, sem esses subsídios, muitas pessoas nunca poderiam realizar o seu sonho de crente”*, acrescentou um entrevistado de Gabu.

Finalmente, alguns entrevistados afirmaram não ser o governo quem subsidiava as peregrinações, mas sim as bolsas de peregrinação oferecidas pela Arábia Saudita. No entanto, todos os entrevistados criticaram unanimemente a gestão desses subsídios de peregrinação pelo Estado, alegando que isso deveria ser feito pelas organizações islâmicas: *“Normalmente, dois tipos de bolsas vêm para a Guiné-Bissau - as nossas e as oferecidas pelo Estado da Arábia Saudita, cujo rei dá a cada país 10 bolsas. As nossas, infelizmente, são partilhadas pelos partidos políticos. Deveriam ser geridas por organizações islâmicas, mas infelizmente, aqueles que gerem esses subsídios são tão corruptos e desonestos como o Estado”*, concluiu outro entrevistado de Nhacra.

2.5.7. Ação das novas igrejas na Guiné-Bissau

Gráfico 45: Opinião das pessoas sobre a ação das novas igrejas

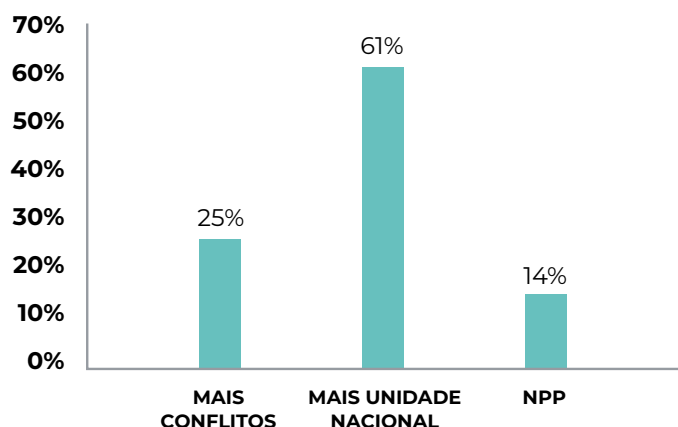


No que diz respeito às opiniões da população sobre a ação das novas igrejas na Guiné-Bissau, 28% dos inquiridos responderam que consideram que as novas igrejas fortalecem a diversidade religiosa, seguidos por 25% que acreditam que fortalecem a coesão social. Além disso, 25% pensam que elas representam um potencial fator de conflito no país e 10% dos inquiridos consideram que representam uma ameaça à coesão nacional. Uma parcela significativa dos inquiridos não respondeu a esta pergunta, como pode ser observado no gráfico acima.

2.6. Recomendações dos inquiridos

2.6.1 Perceções sobre a contribuição das religiões nos próximos 5 anos

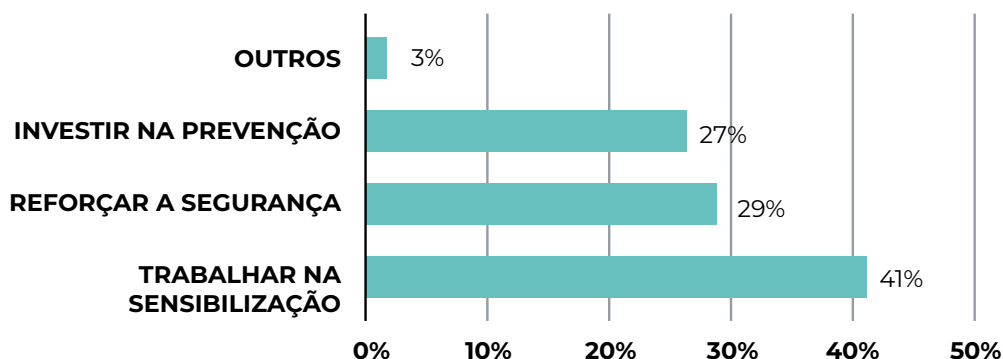
Gráfico 46: Contribuição das diferentes religiões nos próximos 5 anos



Questionados sobre a contribuição das diferentes religiões nos próximos 5 anos na Guiné-Bissau, mais de 60% das pessoas inquiridas acreditam que elas poderão contribuir para uma maior unidade nacional, enquanto 25% temem que possam contribuir para um maior conflito no país. 14% não expressaram uma opinião.

2.6.2. Como evitar todas as formas de extremismo violento

Gráfico 47: Medidas a serem tomadas para prevenir o extremismo violento

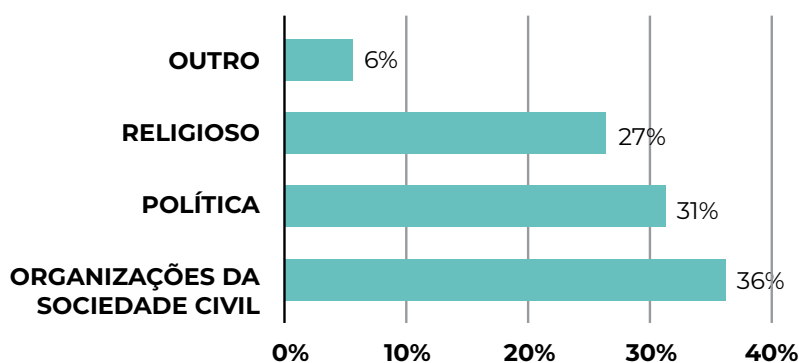


Solicitados a dar as suas opiniões sobre as ações a serem tomadas para prevenir todas as formas de extremismo violento na Guiné-Bissau, o desenvolvimento de campanhas de conscientização é mencionado por mais de 40% dos entrevistados. Em seguida, vêm o reforço da segurança e o investimento na prevenção, mencionados por 29% e 27%, respectivamente. É importante notar que 3% dos entrevistados mencionam outras ações que não foram especificadas.

2.6.3. Os atores considerados importantes na luta contra o extremismo violento

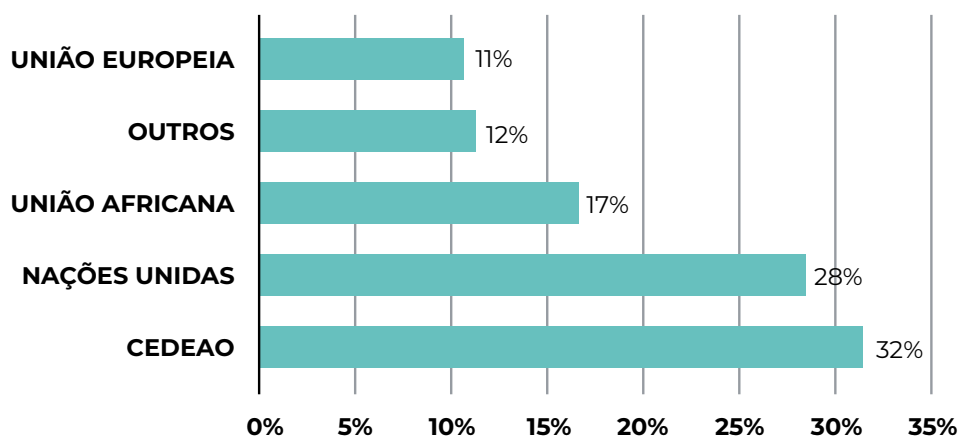
Desafiados a mencionar os atores que consideram importantes na luta contra o extremismo violento na Guiné-Bissau, as opiniões estão divididas. Cerca de 36% das respostas apontam para organizações da sociedade civil, seguidas por organizações políticas e religiosas com 31% e 27%, respectivamente. E 6% dos entrevistados preferem mencionar outras organizações.

Gráfico 48: Atores considerados importantes na luta contra o extremismo violento



2.6.4. Cooperação internacional

Gráfico 49: Organizações internacionais com as quais o Estado deveria colaborar



No contexto da cooperação internacional, as opiniões dos inquiridos estão divididas em relação às organizações com as quais o Estado deveria trabalhar mais para prevenir o extremismo violento. Cerca de um terço (32%) das pessoas prefere a CEDEAO como parceira nesta luta, seguida pelas Nações Unidas mencionadas por 28% dos inquiridos. A União Africana e a União Europeia ocupam o terceiro e quarto lugares, com 17% e 11%, respetivamente. Outras organizações não especificadas são preferidas por 12% dos inquiridos na luta contra o extremismo violento.

3. DISCUSSÕES

Após a análise dos dados da pesquisa quantitativa e qualitativa, revelou-se que a maior parte da população inquirida não está ciente das ações de grupos terroristas na sub-região. Os dois grupos mais conhecidos, Boko Haram e Al-Qaeda, são mencionados por menos da metade dos inquiridos, e o resto não ultrapassam os 30%. No que diz respeito à compreensão das causas, fatores e áreas onde podem surgir sinais de extremismo violento, cerca de metade dos inquiridos afirma que a fonte de insegurança se deve ao banditismo e aos conflitos fundiários. Esta situação pode piorar devido à demanda por terras aráveis, especialmente para o desenvolvimento de plantações de caju. De facto, a crise dos talibés e o retorno dos marabus às aldeias prenunciam novos conflitos entre pastores e agricultores. Ainda assim, a maior parte da população (68%) não considera as diferenças ideológicas entre as religiões uma fonte de conflito, e 78% considera as relações entre grupos étnicos boas.

A exceção a estas afirmações são os estudantes provenientes de países árabes, que são geralmente vistos como uma das principais possíveis fontes de extremismo violento na Guiné. Os conflitos entre Madiliss e Madrassas, ou seja, entre estudantes que regressam dos países árabes e os seguidores do Islão clássico, ocorrem entre os Mandingas e entre os Fula. Os jovens árabes estão determinados a romper com o que consideram ser o Islão dos ignorantes praticado pelos seus antepassados. Essa tendência é muito forte em algumas comunidades, nomeadamente entre os Mandingas e os Fula. Estes estudantes reproduzem as divisões das confrarias do Islão nos países onde estudaram árabe. O sistema Madrassa é uma escola que ensina outras matérias em língua árabe, enquanto o Madiliss ensina geralmente apenas o Alcorão. Os estudantes árabes tendem a exigir o reconhecimento dos seus diplomas pelo Estado para entrarem na função pública. Já os seguidores do Madiliss concentram-se na propagação da sua religião dentro da sua comunidade. Essa propagação envolve uma espécie de sincretismo com uma mistura de práticas socioculturais dos grupos étnicos. Estes dois grupos respondem a lógicas diferentes: os árabes estão empenhados numa lógica de mudança social, enquanto os classicistas se concentram nas suas comunidades ou subcomunidades. Os seguidores do Madiliss são marabus que alegam defender os interesses das suas comunidades.



Na luta entre o Madiliss e as Madrassas, parece que as Madrassas estão a suplantaro Madiliss. Nesse caso, não está excluído que as Madrassas criem partidos políticos e concorram às eleições. A integração dos estudantes árabes na função pública coloca muitos desafios e exclui uma parte dos jovens muçulmanos do trabalho na administração pública. Esse grupo é um dos principais reservatórios de recrutamento para o extremismo.

O enfraquecimento do fenómeno dos talibés e a hegemonia dos arabizantes podem alimentar o extremismo. Esta questão deve ser abordada de forma muito inteligente, pois é uma faca de dois gumes. A mendicância das crianças deve cessar e não pode ser apoiada de forma alguma. No entanto, ela responde a lógicas de resiliência e apropriação do Islão pelas culturas locais. A sua eliminação favorece o surgimento de outras culturas que podem ser o verdadeiro início da radicalização. Essa radicalização pode surgir de várias direções. Por quanto tempo a proibição da mendicância das crianças talibé na Guiné-Bissau vai durar? É evidente que, a curto e médio prazo, o Estado não pode suprir as necessidades dos marabus e dos seus talibés. Neste ponto, os conflitos podem eclodir a qualquer momento.

A frustração dos convertidos Balantas que descobrem que aqueles que os converteram não têm um comportamento irrepreensível, torna-os defensores do seu país em relação a certos grupos que consideram invasores, especialmente os Futa/Fulas. Estes últimos são considerados pelos Balantas convertidos como pessoas que os usam para obter dinheiro dos países árabes (Boiro, 2018). Uma associação muçulmana Balanta emerge como reformadora, com o desejo de provar que os novos convertidos respeitam melhor os preceitos do Islão do que os grupos étnicos tradicionalmente considerados muçulmanos.

A instrumentalização da religião na política alimenta os confrontos latentes interétnicos, especialmente dentro da comunidade muçulmana. Cada grupo procura monopolizar a distribuição de doações oferecidas pelos países árabes ao governo. Essa redistribuição cristaliza os conflitos e gera questões de injustiça em relação aos grupos não muçulmanos, bem como entre os grupos muçulmanos. Além disso, os convertidos reclamam de não receber ajuda como os outros muçulmanos. Ainda assim, os resultados da pesquisa determinam que é maior a percentagem de inquiridos que considera a ajuda de outros países na construção

de locais de culto (83% tem uma boa percepção da construção de escolas e/ou mesquitas por países árabes e 90% considera boa a assistência de países ocidentais e europeus na construção de escolas e igrejas), numa amostra com inquiridos muçulmanos, cristãos, animistas, protestantes e outros, ainda que com maioria muçulmana (62%). Isto é muito interessante porque a predominância de percepções positivas sobre a construção de lugares de culto não pode ser explicada só por uma questão de filiação religiosa.

Os entrevistados muçulmanos denunciam o fato de que o extremismo geralmente é associado ao Islão, mas ao mesmo tempo recomendam dar prioridade às áreas predominantemente muçulmanas nas ações de prevenção contra o extremismo, especialmente nas áreas de Gabu, Bafatá e no setor autónomo. Isso implica uma aceitação implícita de que as áreas muçulmanas são as mais afetadas por questões relacionadas ao extremismo violento. Ainda assim, é importante prestar atenção aos conflitos emergentes entre as práticas animistas e a influência crescente das igrejas de cariz evangélico e pentecostal na região, e ter uma abordagem holística e inter-religiosa quando falamos em prevenção do extremismo violento.

Relativamente a distribuição demográfica, a pesquisa qualitativa mostra que, em termos de prevenção, a prioridade deve ser dada às áreas urbanas, especialmente Bissau, Bafatá e Gabu, pois são mais fáceis os movimentos clandestinos nesses locais do que nas áreas rurais, onde todos se conhecem.

No que diz respeito à questão de género, a maioria dos inquiridos reconhece a importância da mulher na luta contra o extremismo violento (89%), e indicam que o papel da mãe é altamente valorizado (25% dos inquiridos acredita que “a mãe” é a pessoa mais bem posicionada para cuidar de uma criança em situação de radicalização, à frente do pai e do imame (com 16% cada). Nas nossas culturas, esta é sempre considerada a primeira proprietária da criança, e elas são as primeiras a poder identificar crianças que se estão a radicalizar. Um provérbio wolof diz que a mãe é única, enquanto que o pai é o pai de todos. No entanto, de acordo com as pesquisas quantitativas, as mulheres estão menos informadas sobre a existência do terrorismo e grupos terroristas no mundo e na região. Isso indica a necessidade de comunicação sobre os riscos e o envolvimento comunitário em questões relacionadas ao terrorismo, usando métodos aplicados ao combate a epidemias. As mulheres

estarão no centro da luta contra o radicalismo porque têm uma grande influência sobre os seus maridos (Boiro, 2014). Portanto, a prevenção do extremismo na Guiné-Bissau deve necessariamente envolver as mulheres, já que desempenham um papel essencial no equilíbrio familiar e na mediação.

Ao mesmo tempo, o papel da mulher na sociedade continua a estar muito circunscrito aos mandatos religiosos, e as pesquisas qualitativas mostram que as mulheres ainda são consideradas inferiores aos homens, e que qualquer tentativa de apoiar a igualdade de género seria injusta para as mulheres. As mulheres devem aceitar que de forma alguma podem ser iguais aos homens. O trabalho é dividido por sexo, e aqueles que defendem o contrário são vistos como perturbadores do funcionamento normal da sociedade. Uma mulher pode ser espancada pelo marido em certas circunstâncias: em caso de adultério, desobediência e, principalmente, quando ela se recusa a ter relações sexuais com o marido.

A vestimenta das mulheres é considerada por mais de 50% como dependente de recomendações religiosas, e ainda que 25% dos inqueridos acreditam que a vestimenta é uma questão pessoal e que cada pessoa deve vestir-se como quiser, independentemente da sua religião, a vestimenta de uma mulher é muito importante. Elas devem vestir-se de forma a não despertar o desejo sexual nos homens que encontram. Isto implica que as mulheres que usam roupas curtas serão parcialmente responsáveis em caso de agressão sexual.

No que diz respeito à escolarização das raparigas, mais de 31% dos inquiridos afirmam que é contrária à religião. A escolarização de jovens continua a ser um problema em alguns grupos étnicos e mesmo nas confissões religiosas. No entanto, as atitudes estão a mudar porque as raparigas vão à escola. O problema é a disponibilidade de escolas: em quase todas as comunidades rurais do país é raro encontrar uma escola com um currículo completo e professores disponíveis. Como resultado, a maioria das raparigas, após o quarto ano, é forçada a abandonar a escola ou a ir para a cidade. A escolha da cidade é muito difícil, tornam-se mais vulneráveis, uma vez que estão longe dos pais; estas raparigas tornam-se criadas e não vão à escola.

4. CONCLUSÃO

Os dados quantitativos mostram que grande parte das pessoas entrevistadas desconhece a existência de grupos terroristas, por um lado, e que não há ações governamentais visíveis nessa área, por outro lado. A possibilidade de disseminação do extremismo violento no país pode não estar diretamente relacionada com a alta percentagem de pessoas que desconhecem a sua existência. Isso dependerá do tipo de pessoas que acreditam na sua existência e, principalmente, do nível de influência dessas pessoas na comunidade. O fato de desconhecer a existência de grupos extremistas também indica um baixo nível de sensibilização e de estruturas de prevenção e antecipação no governo. Nesse sentido, a Guiné-Bissau está a progredir lentamente, em direção ao extremismo violento. Daí a relevância deste projeto que envolve a parceria entre o IMVF e a LGDH na luta contra todas as formas de extremismo. Uma das soluções passa pelo importante papel das mulheres na luta contra todas as formas de radicalização. Isso significa que as mulheres devem ser colocadas no centro da prevenção na Guiné-Bissau.

A questão da prevenção do extremismo violento deve ser levada a sério. A cada dia que passa, as peças do quebra-cabeça encaixam-se cada vez mais. O enfraquecimento do Islão tradicional, acompanhado pela hegemonia dos estudantes que retornam dos países árabes apoiados por emigrantes que vivem em países europeus, especialmente Portugal e Inglaterra, prenuncia confrontos entre ideologias opostas. O campo político é atualmente o principal local desses confrontos. A proliferação de partidos políticos ou candidatos que atendem apenas à lógica comunitária e religiosa não pode ser descartada.

No entanto, ainda existem barreiras a serem preservadas, especialmente o diálogo inter-religioso e a mistura resultante de casamentos mistos que, no final das contas, fazem da Guiné-Bissau um país onde as populações têm frequentemente laços familiares, mesmo que aparentemente tudo os separe. Esses elementos revelados pela pesquisa quantitativa e dados qualitativos de entrevistas mostram que existem iniciativas a serem recomendadas para fortalecer a resiliência das comunidades por meio de um trabalho de conscientização contínua e inclusiva, especialmente nas regiões de fronteira.

Assim, a luta contra esse extremismo em crescimento só pode ser alcançada por meio da prevenção, juntamente com a criação de empregos para atender a comunidades que geralmente vivem em condições precárias. Está claro que respostas urgentes às vulnerabilidades socioeconômicas dos jovens são necessárias para protegê-los da propaganda radical que se aproveita das falhas e estigmas entre comunidades.

A situação na Guiné-Bissau lembra a de outros países que ainda estão longe do epicentro da violência extremista, mas que devem estabelecer os dispositivos necessários para implementar uma política de prevenção enquanto há tempo. A regionalização da ameaça, bem como a transnacionalidade dos atores religiosos numa área geográfica marcada pela porosidade das fronteiras e uma economia criminosa, são elementos importantes a serem considerados, apesar dos sinais tranquilizadores.

Também é importante trabalhar no fortalecimento da resiliência das comunidades, aproveitando recursos culturais endógenos e legitimidades tradicionais e religiosas para que possam facilitar a apropriação das políticas de prevenção pelas populações locais.

5. RECOMENDAÇÕES

• **Promover a comunicação sobre os riscos e o envolvimento comunitário na luta contra a radicalização e o extremismo violento, com foco no papel da mulher. Esta comunicação será direcionada aos líderes comunitários do país (líderes religiosos, líderes das mulheres, líderes dos jovens, tradipraticantes, etc.), sobretudo nas áreas urbanas, onde existe maior predominância de radicalização e o extremismo violento.** Isto implica:

- Identificar e capacitar as responsáveis das principais associações de mulheres, incluindo as mulheres nos partidos políticos, para a prevenção da radicalização e do extremismo, realizando reuniões de troca de experiências sobre as melhores práticas de sensibilização, levando em consideração as realidades e especificidades locais.
- Estabelecer, em cada região, redes de mulheres para a luta e prevenção do extremismo, envolvendo os pontos focais, pessoas ativas no âmbito do projeto.
- Estabelecer, em cada região, redes de jovens para a luta e prevenção do extremismo, promovendo uma abordagem participativa que lhes permita propor ações concretas e significativas no seio das suas comunidades.

• **Desenvolver atividades geradoras de renda fortalecendo as iniciativas locais na agricultura, horticultura e pecuária e implementar um mecanismo participativo de acompanhamento próximo à inserção de jovens economicamente vulneráveis.** Para tal, dever-se-à:

- Implementar projetos de desenvolvimento comunitário de consulta com as populações beneficiárias, com programas prioritários destinados a jovens e mulheres, bem como a populações vulneráveis em áreas isoladas e de fronteira.
- Envolver jovens e mulheres em programas de apoio ao empreendedorismo. Alguns programas integrados nas estratégias de desenvolvimento sustentável podem servir como incubadoras para retirar os jovens do desemprego.
- Direcionar o uso da Internet para atividades geradoras de renda (start-ups), tais como apoio financeiro ou técnico para projetos de empresas de transporte interurbano, transferência de dinheiro, telefonia móvel, etc.

- **Desenvolver mecanismos de alerta precoce:**

- Criar células comunitárias de monitorização e vigilância dos sinais de radicalização e extremismo violento em bairros e aldeias, como forma de prevenir a criação de grupos ou “incubadoras locais” extremistas.
- Reforçar a capacidade das populações e organizações locais para ativar os mecanismos tradicionais de mediação e resolução de conflitos, a fim de prevenir conflitos relacionados à terra e a relações difíceis entre pastores e agricultores em áreas agro-silvo-pastoris.

- **Popularizar os mecanismos de prevenção e combate à radicalização e ao extremismo violento definidos e implementados pelo Estado.** Seria importante realizar oficinas de formação de formadores de jovens líderes sobre as novas disposições legais adotadas pelos Estados na luta contra o terrorismo.

- Organizar workshops sobre questões de radicalização, extremismo violento, Islão e paz para jovens, imames e funcionários administrativos.
- Reforçar as formações existentes sobre o Islão, suas práticas e suas diferentes correntes para reduzir equívocos relacionados com a má interpretação dos textos religiosos.
- Realizar campanhas de sensibilização sobre a convivência, respeito pelos direitos humanos e a cultura da paz para evitar qualquer radicalização e/ou violação das liberdades fundamentais, incluindo os direitos das mulheres.
- Envolvimento das autoridades religiosas, administrativas, jovens e mulheres na sensibilização à radicalização, utilizando suas atividades habituais para transmitir mensagens de paz. Por exemplo, seriam boas iniciativas aproveitar eventos desportivos ou culturais para abordar aspetos desta questão, promover o diálogo e fornecer orientações importantes.
- Desenvolver programas de prevenção da radicalização com base nas realidades socioculturais das áreas de fronteira.

• **Elaboração de uma estratégia nacional de combate à radicalização e ao extremismo:**

- Iniciar e liderar uma campanha nacional em conjunto com as autoridades para desenvolver uma estratégia nacional de prevenção da radicalização e do extremismo violento.
- Auxiliar na construção de escolas públicas nas aldeias, como forma de limitar o fenómeno das crianças talibés e como parte das ações de sensibilização e colaboração entre as autoridades e organizações religiosas.
- Iniciar um diálogo com líderes religiosos, imames e associações islâmicas para uma gestão colaborativa do fenómeno das crianças talibés e a modernização do ensino religioso, bem como o estabelecimento de estruturas de modernização e harmonização do ensino religioso na Guiné-Bissau.
- Implementar um mecanismo de rastreabilidade das operações de financiamento de obras religiosas.
- Garantir a qualificação de mestres corânicos e professores de escolas franco-árabes (formação pedagógica, certificação de competências, etc.) e revisão/adaptação dos currículos e materiais de formação nas escolas franco-árabes, para se adequarem à realidade guineense no ensino islâmico.
- Rever a regulamentação sobre a distribuição e venda de terras para evitar conflitos fundiários e sensibilizar as populações locais para a necessidade de colaboração com as autoridades locais.



6. ANEXO 1

A VISÃO REGIONAL SOBRE A RADICALIZAÇÃO E O EXTREMISMO VIOLENTO NA ÁFRICA OCIDENTAL

Ao longo de muito tempo, a África Ocidental foi considerada à margem das mudanças gerais que levaram à radicalização do discurso religioso no mundo muçulmano. No entanto, nas últimas décadas, o contexto na África Ocidental tem sido palco de profundas transformações sociorreligiosas e políticas. De facto, desde a década de 1970, a ideologia pan-islâmica substituiu gradualmente a ideologia do terceiro-mundismo que surgiu na Conferência de Bandung em 1955. Essa mudança favoreceu a disseminação de ideologias islâmicas radicais, principalmente originárias de países do Golfo, como o salafismo e o wahhabismo. Esta evolução também foi amplamente influenciada pelo surgimento de organizações religiosas ou de caridade financiadas por países estrangeiros à região, que propagaram um islamismo radical por meio de pregações (da'wah) e assistência às populações carentes (ighâtha). Estas organizações tornaram-se, desde a década de 1970, veículos para a transmissão de diversas ideologias religiosas que incentivam a contestação do islão tradicional, tal como praticado em várias regiões do Sahel (Sambe, 2005).

Este fenómeno coincidiu internacionalmente com decisões políticas que afetaram significativamente a questão do desenvolvimento nos países do Sahel e da África Ocidental, o que levou a que estas organizações confessionais se estabelecessem como alternativas. De facto, as graves secas ocorridas na década de 1970 no Sahel e na África Ocidental coincidiram com uma severa crise económica enfrentada pelos parceiros ocidentais, derivadas do choque do petróleo. Durante esse período, quando os parceiros internacionais se retiraram da ajuda humanitária em África, os estados do Golfo, rico em petróleo, lançaram uma verdadeira conquista ideológica. Nesta conjuntura, somou-se ainda o enfraquecimento dos estados do Sahel causado pelas políticas de ajuste estrutural que prejudicaram o estatuto dos Estados quando comparados com a concorrente intervenção dos atores religiosos transnacionais em áreas como educação, saúde, assistência social, etc.

Assim, a expansão das ideologias radicais destaca a internacionalização de uma questão complexa, que envolve aspetos geopolíticos e ideológico-políticos, que devem ser sempre vistos em numa perspetiva mais ampla.

No que diz respeito ao continente africano, foi necessário aguardar a agregação de circunstâncias políticas que levaram à emergência progressiva de grupos que reivindicavam a jihad. Assim, com o início da crise argelina nos anos 90, jovens combatentes desse país foram para o Afeganistão. A ideia era que, posteriormente, “repatriassem a sua jihad” para lutar contra o “poder injusto” instalado no seu país. As forças de segurança argelinas exerceram pressão sobre o Grupo Islâmico Armado (GIA), que posteriormente deu origem ao Grupo Salafista para a Pregação e o Combate (GSPC). Este grupo, fundado em 1999, é o precursor da Al-Qaeda no Magrebe Islâmico (AQMI), atuando inicialmente como uma “franquia” da Al-Qaeda e posteriormente, a partir de 2001, expandindo sua presença na região sahel-saariana, antes de tornar o Mali seu santuário, no início de 2003.

Quando o fenómeno jihadista surgiu nas sociedades do Magrebe, especialmente na Argélia, era de esperar que se expandisse rapidamente para o sul do Saara, especialmente na África Ocidental. Fez falta esta previsão, que poderia ter impedido que a crise no Mali em 2011 criasse um choque, com o surgimento do jihadismo endógeno.

I - A expansão de grupos terroristas no Sahel e na África Ocidental

A instabilidade política, aliada à deterioração gradual da situação de segurança, transformou o Mali num vasto terreno de implantação e intensa atividade de grupos extremistas violentos. No entanto, há uma verdadeira confusão em relação à natureza dos movimentos e grupos, especialmente desde a intervenção Serval, cujo enquadramento legal na Resolução 2085 ainda gera confusão entre “grupos terroristas” e “grupos armados”. Esta confusão ainda destaca mais a apreciação que os atores têm do estatuto dos grupos que proliferam, apesar da presença militar internacional, que os próprios jihadistas usam para “justificar” as suas ações.

Estudos recentes tendem a negligenciar a dimensão ideológica nos processos de radicalização que levam à violência extremista; muitas vezes focam-se apenas em questões de governança ou economia política. A falta de consideração pela variável ideológica deve-se à limitada capacidade analítica para descodificar mensagens e sinais por parte de especialistas que frequentemente são originários dos campos da economia política ou desenvolvimento. Estes analistas adotaram uma abordagem de segurança ou de desenvolvimento no estudo do fenómeno terrorista. A variável ideológica parece ser essencial para uma compreensão mais ampla do espectro de questões associadas ao terrorismo e às táticas de dissimulação dos seus intervenientes. Ao abordar o fenómeno de radicalização, como no contexto deste estudo sobre a Guiné-Bissau, é importante lembrar a tese de Karhard Kosrokhavar, que afirma que “não pode haver radicalização sem ideologia”.

De facto, a radicalização resulta de uma estratégia de doutrinação que visa transformar o universo mental do indivíduo, fazendo com que, ao longo do tempo, ele modifique a sua perceção da vida. Os terroristas escolhem sempre um objeto de combate, no qual concentram a sua estratégia e energia. Isto aplica-se ao nome original do Boko Haram: “Jama’atu Ahlus Sunna Lidda’Awati Wal-Jihad”. O processo de doutrinação, amplamente estudado por Bakary Sambe no seu trabalho sobre o movimento, envolve o recrutamento e a predisposição de indivíduos para ações violentas e mortais.

Situação atual dos atores da violência extremista na África Ocidental

Após o alastramento da crise maliana a partir de 2012, diversos grupos terroristas surgiram no Sahel e na África Ocidental. Um dos mais importantes é a Al-Qaeda no Magrebe Islâmico (AQMI), que passou por várias reestruturações desde sua criação, com diferentes grupos originais que se uniram em 2017 para formar o Grupo de Apoio ao Islão e aos Muçulmanos (GSIM).

Esses grupos incluem principalmente:

- Antigos combatentes do GSPC (Grupo Salafista para a Pregação e o Combate), que são elementos de al-Mourabitoune de Mokhtar Bel Mokhtar, substituído, desde a sua morte, por um juiz islâmico mauritano chamado Abou Yahya Shinqiti,

- Ansar Dine, originalmente fundado por Iyad Ag-Aly no início da crise no Mali. Atualmente, é o Ansar Dine que controla as áreas de Kidal e Gao, com um comandante de guerra chamado Zeydan ben Hitta, que é o emir do Ansar Dine nessa região do Mali. A ampla área geográfica entre Gao, Tombouctou e grande parte da fronteira mauritana é controlada por Abû Talha Al-Lîbî.

- A Katiba Macina foi fundada em 2012 em Konna, no centro do Mali, pelo pregador maliano Muhammadun Saada Bari, também conhecido como Muhammadun Koufa, nascido em 1961-23 e morto em novembro de 2018. Como parte da regionalização da estratégia jihadista no Sahel, esta Katiba está sob o comando efetivo de Iyad Ag Ghali, líder do Ansar Dine e chefe do GSIM. Desde março de 2015, a Katiba Macina realiza operações no centro do Mali contra símbolos do Estado, forças estrangeiras implantadas e populações civis. Muhammadun Koufa teria sido morto numa operação conduzida pela força Barkhane, em novembro de 2018, numa ofensiva contra um acampamento da Katiba, nas proximidades de Mopti e Tenenkou (centro do Mali). Esta Katiba, que tem uma dimensão comunitária, parece ser a mais estruturada, protagonizando ataques direcionados. Atualmente, a Katiba Macina controla toda a região central do Mali até às fronteiras com a Mauritânia e às rotas que levam à fronteira senegalesa. A especificidade etnocultural desta Katiba deve ser destacada, especialmente o seu foco nas comunidades fulas, às quais oferece proteção contra os estados da região.

- O MUJAO (Movimento da Unidade para a Jihad na África Ocidental) é uma dissidência da Al-Mourabitoune, que mais tarde se tornou o EIGS, e permanece muito ativo na chamada “zona das três fronteiras” entre Mali, Níger e Burkina Faso.

- A Katiba de Serma, comumente chamada de AQMI Sul, permanece ativa no eixo Sikasso (Mali) em direção à Costa do Marfim, bem como à Guiné, nas proximidades da floresta de Yanfolia e do Parque do Alto Níger na Guiné. Foi fundada em 2012 pela AQMI. Seu primeiro comandante era um maliano chamado Souleimane Keita, também conhecido como Al-Bambary. Atualmente detido em Bamako, foi preso em 2015 e substituído pelo tuaregue Mansur Al Ghassem, que também foi morto em novembro de 2018 num ataque francês liderado pela Barkhane. Juntamente com estes diferentes grupos que se associaram, o GSIM simboliza a “grande família” da Al-Qaeda na África Ocidental.

Nesta estratégia da AQMI, que envolve a multiplicação de “jihad” locais, a ala tradicional do Ansarul Islam concentra-se em expandir ainda mais a sua presença no Burkina Faso, enquanto que os elementos da Katiba Macina, e em menor grau da Katiba de Serma, têm uma fixação estratégica na zona das três fronteiras do Mali, Burkina Faso e na região das Cascades, na Costa do Marfim.

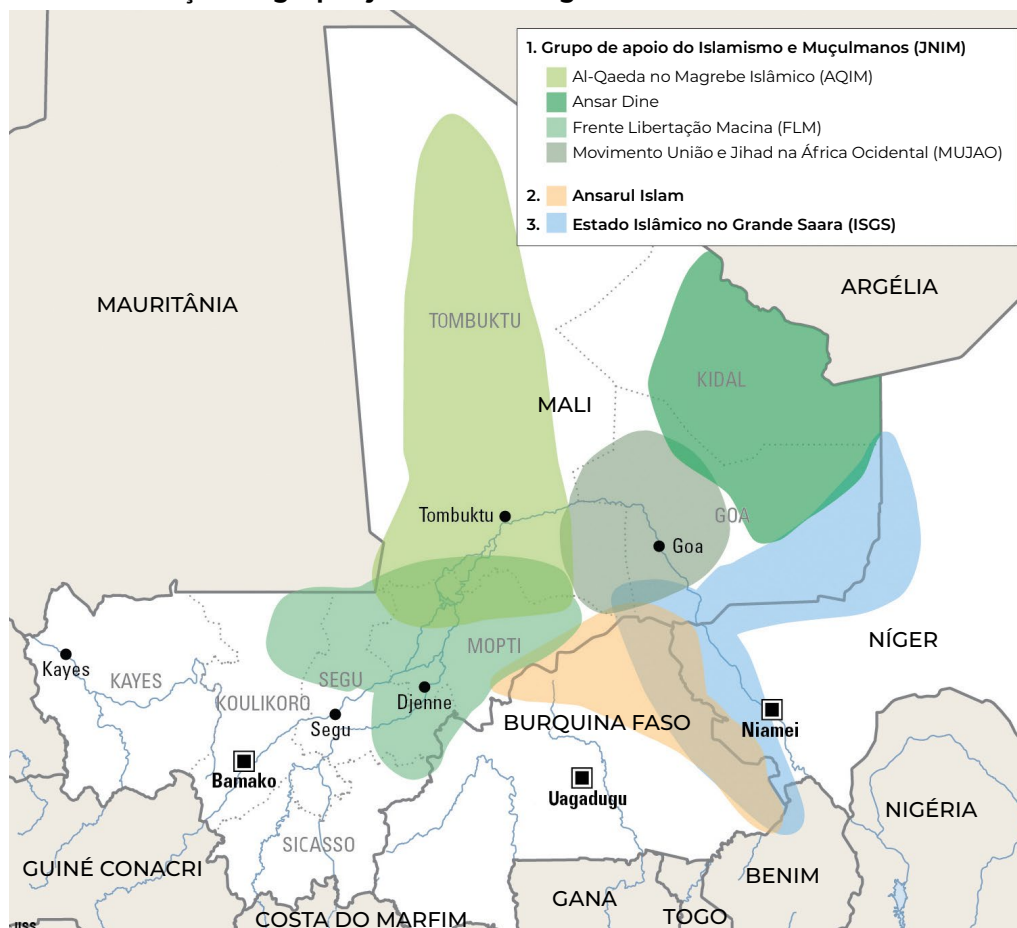
Expansão e criação de zonas de instabilidade

No contexto da sua expansão em direção às regiões costeiras, há relatos de intensa atividade de uma Katiba chamada “Gourma”. É liderada por um mauritano chamado Abu Hamza e controla a zona das três fronteiras do Burkina Faso, Benin e Níger. A área de operação desta Katiba deverá ser nas proximidades da floresta que se estende desde o Níger, na área de Tamou, até ao norte do Benin, passando pelo leste do Burkina Faso. Os combatentes dessa Katiba do Gourma, que estão a atrair cada vez mais atenção, também estarão a cooperar com as Katibas Macina (RF).

Para alguns analistas, é esta junção que, em parte, facilita as áreas de passagem e ataques esporádicos no norte do Benin, Togo e até mesmo Gana. Nesta estratégia de expansão em direção às regiões costeiras, parte dos precursores da Katiba Macina recebeu a missão do comando central da AQMI de abrir brechas para preparar a logística, instalando “Markaz”. Esses Markaz, que se estão a multiplicar no norte do Benin, são bases de apoio para reunir os combatentes, fornecer suprimentos nas áreas e rotas estratégicas de retirada, a aguardar um enraizamento mais substancial na região.

De facto, a estratégia da AQMI na região parece girar em torno da criação de zonas de instabilidade e da instrumentalização de conflitos intercomunitários, como os relacionados ao pastoreio, tirando proveito da frustração das comunidades devido às falhas na luta contra o terrorismo e às operações malsucedidas das forças armadas nacionais. A instabilidade política permite que a AQMI prospere, procurando áreas propícias para alianças com as comunidades “perseguidas”, onde podem encontrar locais de incubação locais e se apresentar como protetores das populações locais em resposta à insegurança. Através do JNIM (GSIM), a AQMI tornou-se um importante ator na venda de gado roubado na África Ocidental, tanto durante os ataques, quanto durante as operações militares contra as comunidades fulas da região. De facto, esse novo nicho de financiamento tornou-se tão lucrativo que os milicianos dogons já vendem este gado roubado (ou tomado à força) das populações nômadas, cada vez mais em direção à Costa do Marfim e até ao Senegal. Essas evoluções recentes representam um risco significativo para os países onde a questão do pastoreio está no cerne dos conflitos e tensões entre comunidades nômadas e as envolvidas na agricultura.

Áreas de atuação de grupos jihadistas na região do Sahel



Hoje, na África Ocidental, os países enfrentam diferentes situações de segurança que se devem às suas especificidades internas ou à sua localização geográfica em relação ao epicentro da ameaça transnacional mais proeminente: o terrorismo. De facto, classificá-los de acordo com um quadro de político-segurança que refletisse uma realidade fixa e coerente seria difícil.

A evolução da situação de segurança, as incertezas e a imprevisibilidade de um fenómeno multifacetado e suscetível de apreensão não facilitam a criação de uma classificação objetiva. Sem avançar com uma definição de uma grelha de análise constante da situação de segurança no Sahel e na África Ocidental, poderíamos, no entanto, conceber uma tipologia dinâmica que vai desde os Estados que já são duramente atingidos pelo terrorismo (Mali, Nigéria) até àqueles que ainda oferecem a possibilidade de uma abordagem preventiva e prospetiva (Senegal, Guiné e outros países costeiros). Seguindo a mesma tipologia, outros países como o Níger e o Chade podem estar entre aqueles sob alta pressão de segurança. Nesta configuração, onde o inesperado acontece todos os dias, mesmo para alguns países que acreditavam estar longe do epicentro do jihadismo, a previsão como instrumento de governança de segurança até caiu no domínio do absurdo, com o ataque inesperado em Grand Bassam (na Costa do Marfim), que soou como um aviso para a África costeira.

É dentro dessa perspetiva preventiva que se insere o presente estudo exploratório na Guiné-Bissau. O estudo adota uma abordagem holística, buscando investigar os possíveis fatores de radicalização, os sinais ligeiros e eventuais vulnerabilidades que devem ser corrigidas para apoiar políticas de prevenção e fortalecer a resiliência neste país.

ANEXO II

OUTROS RECURSOS PARA APROFUNDAR O TEMA

1. Observatório da paz, website do projeto Observatório da Paz – Nô Cudji Paz
observatoriodapaz.org/
2. Relatório sobre a situação dos direitos humanos na Guiné-Bissau 2020-2022: Resistir ao autoritarismo, reviver Cabral, realizado pela Liga Guineense dos Direitos Humanos e a ACEP
drive.google.com/file/d/1d_2Llk8SEgGL37HmzKdc0UezERVg7ya8/view
3. Convenção para a Prevenção e Combate ao Terrorismo da UAO de 1999, ratificada pela Guiné-Bissau em 2008
eur-lex.europa.eu/PT/legal-content/summary/convention-on-the-prevention-of-terrorism.html
4. Estratégia e Plano de Implementação de Luta Contra o Terrorismo da CEDEAO
www.ecowas.int/luta-contra-terrorismo/?lang=pt-pt
5. Plano de Ação da ONU para Prevenção do Extremismo Violento (2016), convite da União Europeia para propostas que apoiem a criação de uma estratégia nacional para a PREV
unric.org/pt/ban-apresenta-plano-de-acao-para-prevenir-o-extremismo-violento/
6. Journey to extremism in Africa: Pathways to recruitment and disengagement, estudo da UNDP publicado em 2023
www.undp.org/publications/journey-extremism-africa-pathways-recruitment-and-disengagement
7. Prevention of Violent Extremism through Education, UNESCO MGIEP
mgiep.unesco.org/pve
8. Guia para professores sobre a prevenção do extremismo violento da UNESCO
www.unesco.org/pt/articles/guia-para-professores-sobre-prevencao-do-extremismo-violento
9. Coleção de recursos: Prevenir o Extremismo Violento
inee.org/pt/colecoes/prevenir-o-extremismo-violento
10. Preventing Violent Extremism: A Strategy for Delivery documento disponibilizado pelo governo do Reino Unido, que fornece uma visão geral da estratégia de prevenção do extremismo violento, incluindo políticas e programas de intervenção
researchbriefings.files.parliament.uk/documents/SN04766/SN04766.pdf
11. The Role of Education in Preventing Radicalization to Violence: A Review of the Literature artigo publicado pelo Institute of Education Sciences dos Estados Unidos, que analisa a literatura académica sobre o papel da educação na prevenção da radicalização e do extremismo violento
home-affairs.ec.europa.eu/system/files_en?file=2020-09/role_education_preventing_radicalisation_12122016_en.pdf
12. Community Policing and Violent Extremism: Lessons from Nigeria, relatório disponibilizado pelo United States Institute of Peace que analisa a eficácia das estratégias de policiamento comunitário na prevenção do extremismo violento com base em estudos de caso da Nigéria
www.researchgate.net/publication/318528740_Community_policing_in_Nigeria_A_critical_analysis_of_current_developments

13. “Countering Online Radicalization: A Strategy for Action”, este artigo, publicado pelo International Centre for the Study of Radicalisation and Political Violence, examina as estratégias para combater a radicalização online e a disseminação de conteúdo extremista na internet

icshr.info/2009/03/16/countering-online-radicalisation-a-strategy-for-action/

14. África e as ameaças à sua segurança, artigo de Francisco Proença Garcia

seer.ufrgs.br/austral/article/download/84807/54816/0

15. European Union Terrorism Situation and Trend Report 2023, da Europol

www.europol.europa.eu/cms/sites/default/files/documents/European%20Union%20Terrorism%20Situation%20and%20Trend%20report%202023.pdf

7. BIBLIOGRAFIA

Ares, P. M. M. (2015). Prevenção da radicalização e do extremismo violento. CEDIS.

Boiro, H. (2014). Percepção da igualdade de género, direitos das mulheres e medição de conflitos entre membros do Conselho Nacional Islâmico na Guiné-Bissau. UNIOGBIS.

Boiro, H. (2018). Relatório Final Guiné-Bissau (p. 46). Programa de Prevenção da Radicalização e Combate ao Extremismo Violento - PPREV-UE.

Boiro, H. e Einarsdóttir, J. (2020). “Um círculo vicioso”: Repatriação dos meninos de escolas corânicas da Guiné-Bissau do Senegal. *Journal of Human Trafficking*, 6(3), 265–280. <https://doi.org/10.1080/23322705.2018.1521643>

Boiro, H. e Einarsdóttir, J. (submetido). O surgimento dos tchernos fulas da Guiné-Bissau: Dominação, resistência e libertação. *Journal of Religion in Africa*.

Chabal, P. e Green, T. (2016). Guiné-Bissau: De microestado a ‘narcoestado’. Hurst.

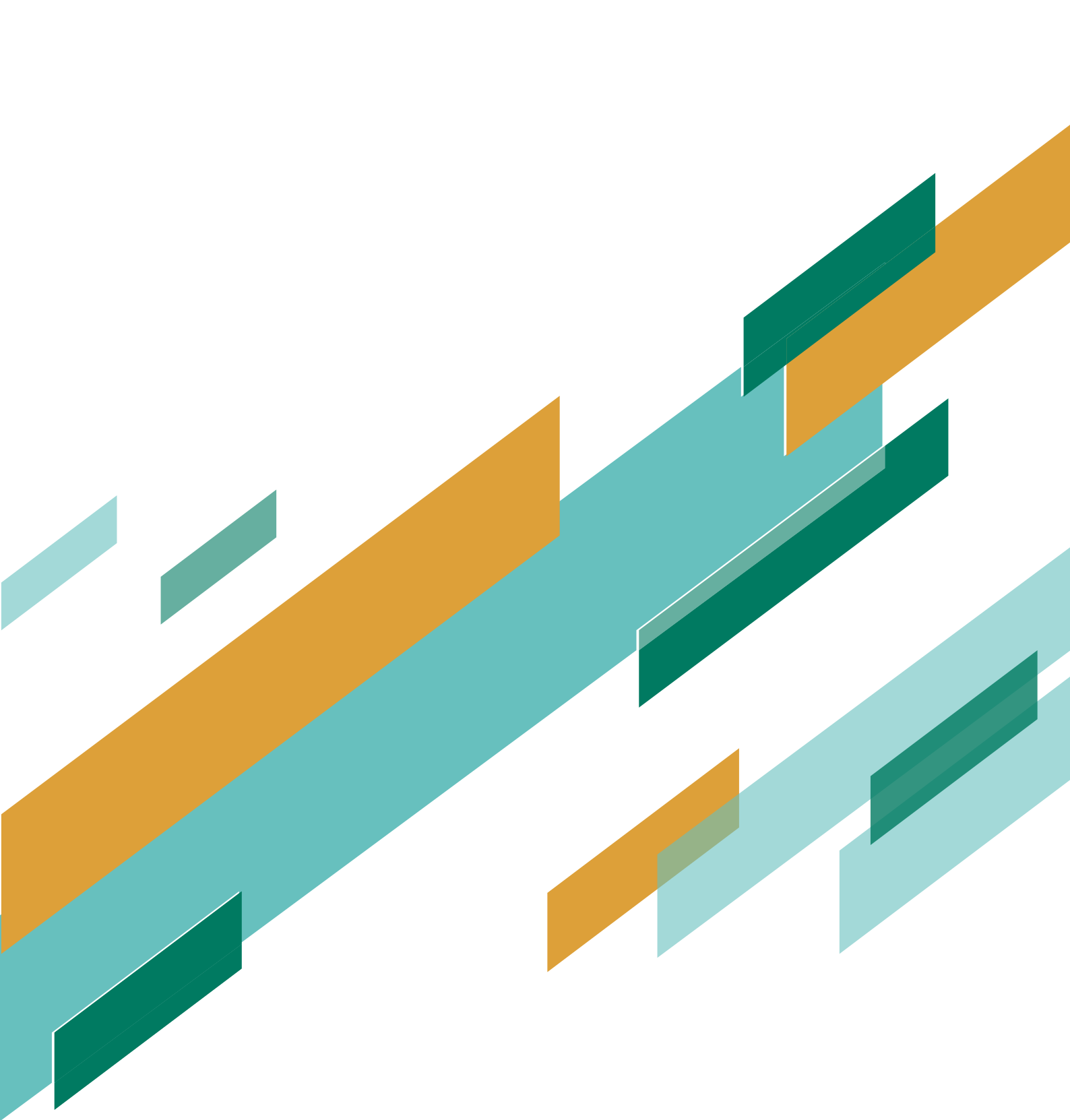
Einarsdóttir, J. e Boiro, H. (2014). O Protocolo de Palermo: O tráfico leva tudo. *Icelandic Review of Politics & Administration*, 10(2), 387–398. <https://doi.org/10.13177/irpa.a.2014.10.2.10>

Einarsdóttir, J., e Boiro, H. (2016). Tornando-se alguém: Talibés guineenses na Guiné-Bissau. *The International Journal of Human Rights*, 20(7), 857–874. <https://doi.org/10.1080/13642987.2016.1192532>

Einarsdóttir, J., Boiro, H., Geirsson, G. e Gunnlaugsson, G. (2010). Tráfico de Crianças na Guiné-Bissau: Um Estudo Exploratório. Unicef Iceland e Guiné-Bissau. <http://www.unicef.is/files/file/MansalIsl.skyrsla.pdf>

UNESCO. (2017). Prevenção do extremismo violento através da educação: Guia para os tomadores de decisão (p. 77). UNESCO. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000248087>

UNDP. (2023). Journey to extremism in Africa: Pathways to recruitment and disengagement (p. 16). UNDP.



Financiado por
União Europeia

Cofinanciado por:



Implementado por:



LGDH
LIGA GUINEENSE DOS
DIREITOS HUMANOS

Associados:

